

Pregão Eletrônico nº PE25001 - AMA
Processo nº P376380/2025
Número LICITANET: 058/2025

A Agência Municipal do Meio Ambiente, por intermédio do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio designados por ato do Prefeito do Município de Sobral e Portaria nº 004/2023-CELIC, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇO**, na forma **ELETRÔNICA**.

1. DO TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADA.

3. DA BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 3.213 de 26 de julho de 2023; Decreto Municipal nº 3.216 de 26 de julho de 2023 Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de material hidráulico, conforme as especificações e quantitativos previstos neste Edital e seus anexos.

4.1. A licitação será realizada por Lote conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

5. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

5.1. O edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios www.sobral.ce.gov.br, campo: SERVIÇOS/LICITAÇÕES e <https://www.licitanet.com.br/processos>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema LICITANET, no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br/login>, pela pregoeira Maria Augusta Silveira.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 07/07/2025, ÀS 08:00H

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17/07/2025, ÀS 09:00H

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 17/07/2025, ÀS 09:00H

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito) horas a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Sobral, na Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º Andar, Centro, Município de Sobral/CE, CEP: 62.011-065.

7.2. Horário de expediente da Prefeitura Municipal de Sobral: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no sistema LICITANET (<https://licitanet.com.br/>), por meio de identificação e senha pessoal intransferível.

8.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

8.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5. Para os Lotes **01, 02, 03, 04, 05 e 06**, a participação é **exclusiva** a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados na forma da Lei, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, e, às cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei nº 11.488/2007.

8.6. Para o Lote **07** a participação é **reservada** a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados na forma da Lei, nos termos do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, e, às cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei nº 11.488/2007.

8.6.1. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

8.7. O Lote **08** será de **ampla disputa**. Será garantida às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério previsto na Seção I do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014.

8.8. As microempresas, empresas de pequeno porte, as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos na lei, e desde que não se encontrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema Licitanet para o exercício do tratamento jurídico simplificado e diferenciado previsto na referida Lei.

8.8.1. A falsidade da declaração de que trata o item 8.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

8.9. Não poderão disputar esta licitação com base no art. 14 da Lei nº 14.133/2021:

8.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

8.9.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação

8.9.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

8.9.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação é estendida a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8.9.5. Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame;

8.9.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição;

8.9.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

8.9.8. Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

8.9.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

8.9.10. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

8.10. É vedada a participação de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no item 9.3 abaixo.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

9.2.1. As decisões do pregoeiro, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação.

9.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no item 9.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por

meio eletrônico, no endereço pregaocelic@sobral.ce.gov.br, até às 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotora da licitação e pregoeiro responsável.

9.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos estão previstos no Termo de Referência, anexo A do presente Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por via digital autenticada através de assinatura digital.

10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública contratante, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.3.1. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

10.3.1.1. A verificação no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

10.3.1.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.3.1.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

10.3.1.4. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

10.3.1.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. Será verificado se o licitante assinalou a declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.7. A habilitação será verificada por meio dos documentos anexados à Plataforma e associados ao Processo.

10.7.1. O licitante é responsável pelos atos praticados na Plataforma, dessa forma, o mesmo deverá se preparar para a participação no processo e deverá se instruir a respeito da utilização da Plataforma.

10.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.7.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.7.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, prorrogável por igual período, quando solicitado e justificado pelo licitante.

10.9.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.10. A exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.11.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

10.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (Art. 42 da LC nº 123/2006).

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

11.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta eletrônica com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

11.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

11.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargo previstas em outras normas específicas, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.2.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

11.2.5.1.2. Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

11.2.6. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.2.7. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;

11.2.8. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;

11.2.9. que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

11.2.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.2.1 ao 11.2.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

11.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

11.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Conforme solicitação do pregoeiro (a), o licitante deverá enviar os documentos complementares no prazo, conforme cada caso.

11.5.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

11.5.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na desclassificação do licitante.

11.6. A não apresentação de autodeclarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, exceto a prevista no item 11.2.1, não implicarão na desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Administração mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no item 11.5 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

11.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema;

12.1.1. Os preços deverão ser expressos em reais, com até **2 (duas) casas decimais**.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e

qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

12.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

12.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

13.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

13.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global por lote**.

13.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

13.8. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação **aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta** deverá ser de R\$ 0,01, utilizando como referência **o valor global do lote**.

13.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

13.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

13.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item acima.

13.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

13.11.1. Valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e;

13.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 13.11. possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

13.13. No modo de disputa “aberto e fechado” os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

13.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

13.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

13.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

13.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.19.4. No caso em que a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada seja de outro Estado da federação e caso haja microempresa ou empresa de pequeno porte do Estado do Ceará em situação de empate de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido em situação de empate estabelecida no § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 123/2006 e conforme o inciso I do art. 48 do mesmo dispositivo, esta poderá apresentar proposta de preço inferior, quando o critério for o menor preço àquela da microempresa ou empresa de pequeno porte de outra unidade da federação.

13.19.5. O pregoeiro verificará, após encerrada a fase de lances de todos os lotes, a situação prevista no item 13.19.4. para que a ME ou EPP do Estado do Ceará melhor classificada apresente, no prazo de 1 (uma) hora após sua convocação no chat de mensagens, proposta de preço inferior àquela apresentada por ME ou EPP de outro Estado da Federação.

13.19.6. Não havendo manifestação do licitante, o pregoeiro verificará a existência de outro em situação prevista no item 13.19.4., oportunizando a este as mesmas condições estabelecidas no item 13.19.5. Caso não ocorra outra situação prevista no item 13.19.4., o pregoeiro emitirá mensagem, e informará a proposta de menor preço dando por encerrada a fase de disputa.

13.19.7. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

13.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

13.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

13.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

13.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

13.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle

13.20.2. Persistindo o empate será assegurada preferência, sucessivamente aos (bens) ou (serviços) produzidos ou prestados por:

13.20. 2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

13.20.2.2. Empresas brasileiras;

13.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e outras providências.

13.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

13.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

13.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

13.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas após a negociação realizada, enviar proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

13.21.4.1. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao **Anexo A- Termo de Referência**.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 8.9 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- e) Relação de inabilitados e inidôneos do Tribunal de Contas da União.
- f) Consulta ao cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNIA), (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992 e, art. 160 da Lei nº 14.133/2021. A consulta aos cadastros será realizada também em nome do responsável técnico detentor de atestados de responsabilidade técnica, observado o art. 160 e § 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que tenha dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

14.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas no SICAF.

14.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.2.1.1.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.2.1.1.1.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado/inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

14.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

14.4.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

14.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

14.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.6.1. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, inclusive aqueles relativos à habilitação, não implicará na desclassificação ou inabilitação imediata da licitante. Compete ao pregoeiro conceder prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

14.7. A ausência de documentos possíveis de serem verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

14.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.8.1. Contiver vícios insanáveis;

14.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

14.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.8.6. Deixar de apresentar a declaração de que trata o item 11.2.1 deste edital.

14.8.7. Não apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o edital, quando for o caso.

14.9. A disputa será realizada por Lote, sendo os preços registrados em Ata, pelo valor unitário do item.

14.9.1. A proposta final para o Lote não poderá conter item com valor superior ao estimado pela administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do Lote.

14.10. A ausência de documentos possíveis de serem verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

14.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

14.12. É indício de inexequibilidade as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 58 do Decreto Municipal nº 3213/2023.

14.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

14.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

14.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

14.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

14.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da comunicação da declaração de habilitado o vencedor.

15.3. A manifestação da intenção de recorrer sobre a impugnação do julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, será realizada conforme a seguir:

15.3.1. Da manifestação da intenção de recurso da classificação da Proposta:

15.3.1.1. Qualquer licitante poderá, após encerrada a fase de negociação, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

15.3.2. Da manifestação da intenção de recurso da fase da Habilitação:

15.3.2.1. Qualquer licitante poderá, após declaração de habilitado o vencedor, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

15.4. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade máxima, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.7.1. Caso a licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pela proponente.

15.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhe couber e na Central de Licitações no endereço constante 7 deste edital.

16. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

16.2. Para efeito de homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as condições previstas no art. 18 do Decreto nº 3.216/2023, inclusive em relação a formação do cadastro reserva e demais licitantes classificados na licitação:

16.2.1. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO B** deste edital;

16.2.2. a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações; e

16.2.3. Será incluído na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme Decreto nº 3.216/2023.

16.2.3.1. O licitante que deseje prestar o serviço com descontos iguais ao do licitante vencedor poderá, após 5 (cinco) minutos da comunicação do julgamento do(s) recurso/contrarrazões, ou no declínio dos licitantes recorrerem, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de fazer parte do cadastro de reserva.

16.2.3.2. Se houver mais de um licitante na situação de que trata este subitem 16.2.3, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

16.2.3.3. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva e dos demais classificados da licitação, a que se refere o subitem 16.2.3, será efetuada nas hipóteses previstas nos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 19 do Decreto nº 3.216/2023 e quando houver necessidade de convocação de fornecedor em razão do disposto no artigo 33 do mesmo Decreto.

16.2.3.4. A responsabilidade pela habilitação de trata o subitem 16.2.3.3 será do pregoeiro nas hipóteses previstas nos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 19 do citado Decreto, e do órgão ou entidade gerenciadora, quando se tratar de convocação em decorrência do disposto no artigo 33 deste Decreto.

16.3. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelas licitantes vencedoras dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO B**, deste edital.

16.4. Após a convocação, o fornecedor adjudicatário terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para assinar a ata de registro de preços, nas condições estabelecidos no instrumento

convocatório, podendo o prazo ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela administração.

16.4.1. A recusa do fornecedor adjudicatário em assinar a ata de registro de preços caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-o às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, garantida a ampla defesa e o contraditório.

16.4.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

16.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição do bem pretendido, desde que devidamente motivada.

16.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições e quantidades ou valores remanescentes.

16.6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou valores fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.6.2. O contrato decorrente do registro de preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata e passará a ter eficácia com a sua publicação no Diário Oficial do Município.

16.7. Aplicam-se as demais disposições previstas no Decreto nº 3.216/2023.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Central de Licitações do município de Sobral será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este edital.

17.2. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO B**, será assinada pelo titular da Central de Licitações do município de Sobral, pelo órgão detentor do Registro de Preços e pelo fornecedor legalmente credenciado e identificado.

17.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos licitantes vencedores, bem como dos licitantes que aceitarem cotar o bem com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

17.3.1. O registro a que se refere o item 17.3 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no Decreto nº 3.216/2023.

17.3.2. Na hipótese do adjudicatário ou dos licitantes que concordaram formar o cadastro de reserva recusarem-se assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido neste edital, ou ocorrendo alguma das hipóteses previstas abaixo, a Administração Pública Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços.

17.3.2.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

17.3.2.2. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021;

17.3.2.3. Não aceitar o preço revisado pela administração municipal;

17.3.2.4. Quando a ata de registro de preços for cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador por fato superveniente, decorrente dos casos de:

a) força maior,

b) caso fortuito;

c) fato do príncipe;

d) em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.

17.3.2.5. Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente.

17.4. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.5. O órgão detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto aos fornecedores detentores de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações previstas, durante a vigência do documento supracitado.

17.6. Os fornecedores detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado ao órgão detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos, locais, e demais condições definidas no **Anexo A - Termo de Referência** deste edital.

17.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal na condição de órgão interessado, mediante consulta prévia ao órgão gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o inciso II do § 3º do artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, incluído pela lei nº 14.770/2023.

17.8. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços recusando-se a fornecer o objeto licitado ao órgão detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), não aceitando reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado, ou nos casos em que for declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública, e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, terá o seu registro cancelado.

17.9. A **Central de Licitações do município de Sobral** providenciará a publicação da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município, na página oficial da Prefeitura Municipal de Sobral e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.10. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes no Decreto nº 3.216/2023.

17.11. A **Central de Licitações do município de Sobral** convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.12. Não havendo êxito nas negociações com os fornecedores com preços registrados, o gestor da Ata poderá convocar os demais fornecedores classificados ou cancelar o item/lote, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

17.13. As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão publicadas no Diário Oficial do Município e na página oficial da Prefeitura Municipal de Sobral e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.14. As demais condições encontram-se estabelecidas no **ANEXO B - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro ou pelo órgão ou entidade demandante da licitação, em sede de diligência;

18.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 18.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
- 18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra, quando for o caso, em desacordo com as especificações do edital;
- 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 18.1.5. fraudar a licitação
- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 18.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 18.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 18.1.6.3. apresentar amostra, quando for o caso, falsificada ou deteriorada;
- 18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 18.2.1. advertência;
 - 18.2.2. multa;
 - 18.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 18.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4. A sanção de multa calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor licitado ou contrato celebrado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
 - 18.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 18.4.1.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 3% (três por cento) e para o item 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor licitado ou contrato celebrado.

18.4.1.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor licitado ou contrato celebrado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.15. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), o qual poderá ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial.

18.16. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

19. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O custo estimado total da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

20. DA HOMOLOGAÇÃO

20.1. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente.

20.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de homologação.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

21.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

21.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação.

21.3. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

21.4. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas respectivamente nos Anexos A e C – Termo de Referência e Minuta do Contrato, parte integrante deste edital.

21.5. Da Garantia

21.5.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

21.6. Da Subcontratação

21.6.1. Não será admitida a subcontratação.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. O pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, a Administração e as licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

22.8. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

22.9. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.10. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

22.11. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

23. DOS ANEXOS

23.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO A – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO B – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO C – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO D - MODELO DE CARTA PROPOSTA READEQUADA

ANEXO E – JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Euler Fonseca Rodrigues
Superintendente - AMA

Assessorado por:

Guilherme Balbuena Alencar Rolim
Procurador Jurídico – AMA
OAB/CE Nº 17.741

ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: Diretoria de Parques e Jardins e Unidade de Conservação - AMA

1. DO OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material Hidráulico, conforme as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

FORNECIMENTO: PARCELADA

1.1. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento PARCELADA.

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

LOTE 1			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
1.1	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25MM x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	150
1.2	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 32MM x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	70
1.3	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40MM x 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
1.4	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50MM x 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
1.5	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60MM x 2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	50
1.6	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 75MM x 2 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	20
1.7	ADAPTADOR INTERNO, ROSCA EXTERNA 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE	300
1.8	ADAPTADOR INTERNO, ROSCA EXTERNA 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE	70
1.9	CAP PVC SOLDAVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	70
1.10	CAP PVC SOLDAVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	70
1.11	CAP PVC SOLDAVEL 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
1.12	CAP PVC SOLDAVEL 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
1.13	PLUG PVC ROSCÁVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	120
1.14	PLUG PVC ROSCÁVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	120
1.15	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	20

1.16	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	20
------	-------------------------------------------------------------------------------------	---------	----

LOTE 2			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
2.1	TUBO PVC, SOLDÁVEL, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	70
2.2	TUBO PVC, SOLDÁVEL, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	70
2.3	TUBO PVC, SOLDÁVEL, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	30
2.4	TUBO PVC, SOLDÁVEL, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA (NBR5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	30
2.5	TUBO PVC, SOLDÁVEL, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA (NBR5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	30

LOTE 3			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
3.1	LUVA PVC SOLDÁVEL, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	120
3.2	LUVA PVC SOLDÁVEL, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	100
3.3	LUVA PVC SOLDÁVEL, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	50
3.4	LUVA PVC SOLDÁVEL, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	50
3.5	LUVA PVC SOLDÁVEL, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	50
3.6	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL, PVC, 32MM x 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	100
3.7	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL, PVC, 40MM x 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	100
3.8	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL, PVC, 75MM x 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNIDADE	50
3.9	LUVA DE UNIÃO SOLDÁVEL PVC 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	70
3.10	LUVA DE UNIÃO SOLDÁVEL PVC 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	70

3.11	LUVA DE UNIÃO SOLDAVEL PVC 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
3.12	LUVA DE UNIÃO SOLDAVEL PVC 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
3.13	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40
3.14	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40
3.15	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40
3.16	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40
3.17	LUVA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 3/4 x 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	70
3.18	LUVA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	70
3.19	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 1/4 x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40
3.20	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 1/2 x 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40

LOTE 4			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
4.1	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM BORBOLETA, COM ROSCA EXTERNA, DE 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE	70
4.2	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVAL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE	40
4.3	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE	70
4.4	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE	40
4.5	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE	40
4.6	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE	70
4.7	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE	70

LOTE 5			
---------------	--	--	--

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
5.1	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	120
5.2	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	70
5.3	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	40
5.4	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	40
5.5	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	40
5.6	VALVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO SOLDAVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	40
5.7	VALVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO SOLDAVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	40
5.8	VALVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO ROSCADO 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	40
5.9	VALVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO ROSCADO 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	40

LOTE 6			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
6.1	SILICONE ACÉTICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UNIDADE	80
6.2	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 G	FRASCO	80
6.3	FITA VEDA ROSCA, 18MM X 25M (L X C)	ROLO	200

LOTE 7			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
7.1	MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO JATO LATERAL. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ALCANCE: 2M; MICROJATO: 0,50M; POSIÇÃO DOS EMISSORES: LATERAL; ROLO 100M.	ROLO	5
7.2	MANGUEIRA, EMBORRACHADA 3/4, ROLO COM 50 METROS ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: FLEXIVEL E RESISTENTE; MATERIAL EM PVC; PAREDE 3,0MM; NAS CORES VERDE OU AZUL.	ROLO	30
7.3	ASPERSOR ROTOR SUBTERRANEO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: ESTÁTICO; ABASTECIMENTO: REDE SUBTERRÂNEA; ARCO: 360° AJUSTÁVEL; ALCANCE MÍNIMO: 6 M; PRESSÃO MÍNIMA: 1,7 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; VAZÃO MÍNIMA: 0,10 M3/H; TIPO DE ASPERSOR: SPRAY.	UNIDADE	125

7.4	ASPERTOR PARA ENGATE RÁPIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: GIRATÓRIO; ABASTECIMENTO: MANGUEIRA; ARCO: 360°; ALCANCE MÍNIMO: 12 M; PRESSÃO MÍNIMA: 4 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; MATERIAL DE FABRICAÇÃO:CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA; FIXAÇÃO NO TERRENO ACOPLADO.	UNIDADE	37
-----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------	----

LOTE 8			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
8.1	MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO JATO LATERAL. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ALCANCE: 2M; MICROJATO: 0,50M; POSIÇÃO DOS EMISSORES: LATERAL; ROLO 100M.	ROLO	15
8.2	MANGUEIRA, EMBORRACHADA 3/4, ROLO COM 50 METROS ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: FLEXIVEL E RESISTENTE; MATERIAL EM PVC; PAREDE 3,0MM; NAS CORES VERDE OU AZUL.	ROLO	90
8.3	ASPERTOR ROTOR SUBTERRANEO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: ESTÁTICO; ABASTECIMENTO: REDE SUBTERRÂNEA; ARCO: 360° AJUSTÁVEL; ALCANCE MÍNIMO: 6 M; PRESSÃO MÍNIMA: 1,7 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; VAZÃO MÍNIMA: 0,10 M3/H; TIPO DE ASPERTOR: SPRAY.	UNIDADE	375
8.4	ASPERTOR PARA ENGATE RÁPIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: GIRATÓRIO; ABASTECIMENTO: MANGUEIRA; ARCO: 360°; ALCANCE MÍNIMO: 12 M; PRESSÃO MÍNIMA: 4 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; MATERIAL DE FABRICAÇÃO:CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA; FIXAÇÃO NO TERRENO ACOPLADO.	UNIDADE	113

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Para os LOTES 1, 2, 3, 4, 5, 6 a participação é **exclusiva** a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados na forma da Lei, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, e, às cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei nº 11.488/2007.

2.3. Para o LOTE 7 a participação é **reservada** a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados na forma da Lei, nos termos do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, e, às cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei nº 11.488/2007.

2.3.1. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

2.4. O LOTE 8 será de **ampla disputa**. Será garantida às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério previsto na Seção I do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014.

2.5. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS:

Os materiais hidráulicos relacionados são compostos majoritariamente por peças em PVC rígido, desenvolvidas para condução de água fria sob pressão, conforme normas técnicas vigentes, como a NBR 5648. Apresentam características de alta durabilidade, resistência à corrosão, leveza e facilidade de instalação, sendo apropriados tanto para uso predial quanto

em sistemas de irrigação. As conexões, disponíveis nos modelos soldáveis e roscáveis, permitem união segura entre tubos e componentes diversos, com vedação garantida por adesivo plástico ou fita veda-rosca, conforme o tipo de encaixe. Os tubos, fornecidos em barras de 6 metros, apresentam acabamento marrom, padrão para redes de água fria, com diâmetros variados para atender diferentes pressões e vazões. Os registros e válvulas de esfera asseguram o controle do fluxo de água, enquanto as válvulas de sucção impedem o retorno de líquidos em sistemas de captação. A linha de adaptadores, plugs, luvas, joelhos, reduções e "Tês" oferece ampla flexibilidade de montagem, permitindo configurações diversas conforme a necessidade do projeto. Os acessórios complementares, como silicone acético, adesivo e fita veda-rosca, garantem a estanqueidade e a integridade das conexões. Por fim, os dispositivos para irrigação, como mangueiras, aspersores e microjatos, foram selecionados com base em critérios de alcance, pressão e eficiência, promovendo economia e cobertura adequada das áreas a serem irrigadas. Todos os materiais foram especificados com atenção à funcionalidade, compatibilidade entre peças, facilidade de manutenção e desempenho contínuo em ambientes diversos.

2.6. NATUREZA DO OBJETO

2.6.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal Nº 2.745, de 03 de setembro de 2021.

2.6.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada inicialmente no documento de formalização da demanda e em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 3.213 de 26 de julho de 2023; Decreto Municipal nº 3.216 de 26 de julho de 2023 Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, a ser disponibilizado na forma previsto no art. 54, § 3º da Lei 14.133/21 com base no Acórdão TCU nº. 2273/2024.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, a ser disponibilizado na forma previsto no art. 54, § 3º da Lei 14.133/21 com base no Acórdão TCU nº. 2273/2024.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 meses, contado a partir do recebimento da primeira ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Condições de Entrega

7.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil, na Agência Municipal do Meio Ambiente, situada na Av. Dr. José Euclides Ferreira Gomes, 435, Sobral/Ceará, CEP 62043-070, no (s) horário(s) e dia(s) da semana de 08:00h às 12:00h e de 13:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira.

7.2.2. A quantidade ou prazo da entrega excepcionalmente poderão sofrer alterações por parte do CONTRATANTE, devendo o CONTRATADO ser informado de forma antecipada de no mínimo 05 (cinco) dias úteis antes do prazo previsto para entrega.

7.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o CONTRATADO deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.3.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7.2.4. A entrega do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente de transporte e descarregamento do objeto, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causadas a ele.

7.3. Da Garantia, manutenção e assistência técnica

7.3.1. O prazo de garantia do bem objeto da contratação é aquele estabelecido pelo fabricante nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

8.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as

ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis.

8.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade máxima àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.10. Cabe ao gestor do contrato, em tempo hábil, verificar o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Objeto

9.1.1. Os produtos serão recebidos PROVISORIAMENTE, aqueles em que assim couber, no prazo de 10 (dez) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação do fornecimento e/ou prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição/entrega de produtos/serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, seus anexos, e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os produtos serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos/serviços fornecidos/prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto/serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, e após recebimento definitivo correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada será solicitada da empresa contratada.

9.2.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.3.2.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, preferencialmente no Banco Santander.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

10.1. O processo de contratação será por Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, critério de julgamento Menor Preço, modo de disputa Aberto e Fechado, com fundamento no Decreto Municipal nº 3.213, de 26/07/2023 e Lei 14.133/2021, conforme estabelecido no estudo técnico preliminar.

10.2. Serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da proponente de executar o objeto, conforme a seguir.

10.2.1. Habilitação Jurídica:

10.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

10.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.2.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.2.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.2.2.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.2.2.9. Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

10.2.2.10. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme o caso;

10.2.2.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.2.2.11.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.2.11.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

10.2.2.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

10.2.3 - Qualificação Econômico-financeira:

10.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971.

10.2.3.2. Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

10.2.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

10.2.3.4. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3.5. Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.

10.2.3.6. No caso das demais sociedades empresárias e empresa Individual, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício deverão ser devidamente registrados na Junta Comercial, devendo serem assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

10.2.3.7. No caso de MEI (Microempreendedor Individual), o Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado de Exercício deverão ser apenas assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal do MEI.

10.2.3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas

as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

10.2.3.10. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica.

10.2.5. Qualificação Técnico-operacional

10.2.5.1. Comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidões fornecidas(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

10.2.5.2. Para fins da comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante o(s) atestado(s) ou certidões deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) compatível(is) ao objeto licitado;

10.2.5.3. Fica facultado aos licitantes a apresentação de contrato ou instrumento hábil que comprove a prestação do serviço objeto do atestado de capacidade técnica mencionado no item anterior;

10.2.5.4. Caso o(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não explicitem com clareza os serviços prestados, este(s) deverá(ão) ser acompanhado do respectivo contrato ou instrumento congênere que comprove o objeto da contratação.

10.2.5.5. Caso a apresentação do(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não sejam suficientes para o convencimento do pregoeiro, promover-se-á diligência para a comprovação da capacidade técnica, como preconiza o art. 64 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 3.213/2023.

10.2.5.6. Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos desta secretaria/órgão, a ser informada quando da lavratura do instrumento de contrato.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. As obrigações do Contratante estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.1. As obrigações do Contratante estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

15. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. Informações Básicas

Número do processo: **P376380/2025**

2. Descrição da necessidade

A presente aquisição é de fundamental importância uma vez que o referido objeto se trata de materiais imprescindíveis para a realização de reparos e manutenções das instalações hidráulicas das praças, parques e jardins, garantindo assim o funcionamento operacional destes equipamentos públicos e, conseqüentemente, a prestação dos serviços de responsabilidade desta agência.

A Agência Municipal do Meio Ambiente é responsável pela manutenção de 113 praças na sede do Município, 10 Parques Urbanos e uma Unidade de Conservação. Além dos equipamentos que compõem a infraestrutura desta Autarquia, como o prédio sede da AMA, Horto Municipal, Unidade de Atendimento para Cães e Gatos, Estância termo hidromineral Olho D'água do Pajé e Mirante da Reserva da Andorinha.

Além disso, é considerável salientar que tais manutenções são necessárias em virtude de desgaste natural, de ações frequentes de depredadores e da imprevisibilidade de defeitos em função do uso, contribuindo assim para a melhoria e eficiência dos serviços públicos prestados à população.

2.1. Classificação: Bens de consumo

2.2. Previsão no plano de contratações anual

O objeto da contratação pretendida no presente Estudo Técnico Preliminar consta no Plano de Contratações Anual do exercício de 2025, anexo 5.1, nº de ordem 17, link de acesso: <https://licitacoes.sobral.ce.gov.br/>, nos termos do Decreto Municipal nº 3.640, de 03/02/2025.

3. Área requisitante

SETOR REQUISITANTE	RESPONSÁVEL PELO SETOR
Diretoria de Parques, Jardins e Unidade de Conservação	Nome: Franklin Ferreira Viana Matrícula: 38755 E-mail: franklin@sobral.ce.gov.br Telefone: (88) 3613.1674

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O processo de aquisição do objeto do presente estudo técnico preliminar deverá ser de acordo com a Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 3.213, 3.215, 3.218, e 3.219, de 26/07/2023 e as demais normas vigentes aplicáveis às contratações públicas.

4.2. Natureza: Bem comum

4.3. Para fornecimento/prestação dos produtos pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto deste estudo técnico preliminar, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. O licitante vencedor deverá enviar no prazo **de 2 (Duas) horas** contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

4.5. O licitante mais bem classificado terá o prazo de **2 (Duas) horas** após a negociação realizada para enviar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

4.6. Do fornecimento dos produtos:

O fornecimento dos produtos/itens contratados será por ordem de compra, com prazo de

entrega de 20 (vinte) dias úteis a partir do seu recebimento, em locais a serem definidos e informados previamente pela administração.

4.7. Execução: Prazo para recebimento dos produtos, bem como critérios de liquidação e pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

4.8. A vigência inicial do contrato será de 12 meses.

4.9. Necessidade de garantia de execução:

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

4.10. Procedimentos e rotinas de execução serão detalhados no Termo de Referência.

4.11. Do detalhamento dos produtos a serem fornecidos:

- **Lote 1 – Conexões Soldáveis e Roscáveis**

Compreende adaptadores, plugs e caps para sistemas hidráulicos de água fria. Os itens incluem conexões de transição entre partes soldáveis e roscáveis, elementos de fechamento e terminação de redes, além de adaptadores internos utilizados em instalações prediais.

- **Lote 2 – Tubos para Água Fria**

Engloba tubos rígidos para condução de água fria, utilizados em instalações prediais horizontais e verticais. Os tubos são fornecidos em unidades lineares e destinados à distribuição de água potável.

- **Lote 3 – Luvas e Acessórios de Conexão**

Conjunto de luvas comuns, luvas de união, luvas de redução e buchas de redução, utilizados para união e transição entre segmentos de tubulação. Inclui conexões soldáveis e roscáveis para montagem de redes hidráulicas prediais.

- **Lote 4 – Registros e Conexões de Derivação**

Inclui registros de esfera para controle de fluxo em ramais, com diferentes tipos de acionamento e conexões. Também compõe o lote conexões em “T” utilizadas para derivações em redes de abastecimento de água.

- **Lote 5 – Joelhos e Válvulas de Sucção**

Conjunto de conexões curvas e válvulas de retenção utilizadas em redes de captação ou recalque. Os itens permitem mudanças de direção da tubulação e evitam o retorno do fluxo em sistemas hidráulicos.

- **Lote 6 – Materiais Auxiliares**

Inclui materiais de uso geral em instalações hidráulicas como selantes, adesivos para solda química e fitas vedantes, indispensáveis para a correta vedação e fixação dos sistemas.

- **Lote 7 e 8 – Componentes de Irrigação**

Abrange mangueiras e aspersores utilizados em sistemas de irrigação manual ou automatizada. Os itens atendem tanto a instalações subterrâneas quanto de superfície, promovendo cobertura eficiente de áreas verdes.

4.12. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

4.13. A proposta da(s) interessada(s) deverá(ão) ser redigidas em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela proponente ou seu representante legal.

4.14. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação da proponente, a serem especificados no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.15. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

4.16. Da subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.17. Sustentabilidade Ambiental:

A aquisição dos materiais hidráulicos descritos neste processo considera aspectos de sustentabilidade ambiental, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), promovendo o consumo consciente e responsável no setor público.

1. Materiais em PVC (Policloreto de Vinila)

Os tubos, conexões e registros especificados são, em sua maioria, produzidos em PVC. Este material possui os seguintes aspectos sustentáveis:

- **Durabilidade e baixa manutenção:** O PVC tem vida útil longa, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, a geração de resíduos.
- **Reciclabilidade:** Apesar de nem sempre ser reciclado em larga escala no Brasil, o PVC é 100% reciclável. Há iniciativas em expansão para reuso e reciclagem do material, inclusive em obras públicas.
- **Eficiência na produção:** A produção de PVC consome menos energia em comparação a outros materiais plásticos e metálicos, resultando em menor emissão de gases de efeito estufa.
- **Leveza no transporte:** Por ser leve, reduz custos de transporte e consumo de combustível, impactando positivamente na pegada de carbono da cadeia logística.

Recomendação ambiental: Sempre que possível, dar preferência a fornecedores que participem de programas de logística reversa ou possuam processos de reciclagem pós-consumo.

2. Componentes metálicos ou com partes móveis (aspersores, registros, adaptadores)

Alguns itens como aspersores, válvulas e registros podem conter componentes metálicos ou partes móveis com outros materiais, que, embora duráveis:

- **Devem ser descartados de forma adequada**, evitando contaminação do solo e água.
- **Podem ser reaproveitados** por oficinas e indústrias que trabalham com sucata técnica, promovendo economia circular.

3. Materiais de Instalação (silicone, adesivo plástico, fita veda rosca)

Estes insumos são consumíveis e, geralmente, não recicláveis. Entretanto:

- O **uso racional**, evitando desperdícios, reduz impactos ambientais.
- A **compra em embalagens maiores (ex: frascos de 850g)** pode reduzir o volume de resíduos de embalagem gerados.
- A **destinação correta das sobras e embalagens** deve ser observada, priorizando a coleta seletiva e o descarte em local apropriado.

4. Mangueiras e sistemas de irrigação

As mangueiras e aspersores são utilizados em sistemas de irrigação eficiente, o que contribui diretamente para a sustentabilidade hídrica:

- **Redução do consumo de água:** Sistemas com jato lateral ou aspersão localizada otimizam o uso da água, evitando desperdício.
- **Maior eficiência energética:** A irrigação automatizada e subterrânea demanda menor intervenção e consumo de recursos.

5. Conformidade e critérios sustentáveis

Os materiais devem, preferencialmente, atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

- Produção em conformidade com as normas da ABNT, INMETRO e ISO, quando aplicável.
- Fornecedores com práticas de gestão ambiental, como ISO 14001, certificações verdes ou participação em programas de responsabilidade socioambiental.
- Prioridade a fornecedores locais ou regionais, quando possível, para reduzir emissões com transporte.

Portanto, a escolha dos materiais hidráulicos descritos busca equilibrar **eficiência técnica, viabilidade econômica e responsabilidade ambiental**. Sua correta utilização, aliada à manutenção preventiva e descarte responsável, contribui para minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade nas compras públicas.

4.18. Sustentabilidade Econômica:

A escolha dos materiais hidráulicos relacionados neste processo licitatório foi orientada por critérios de viabilidade técnica e eficiência econômica, considerando os custos ao longo de todo o ciclo de vida útil dos produtos, desde a aquisição até sua substituição ou descarte.

1. Baixo custo de aquisição e ampla oferta no mercado

Os materiais especificados, majoritariamente produzidos em PVC e componentes plásticos, apresentam preços acessíveis, amplamente praticados no mercado nacional. Isso favorece a obtenção de propostas competitivas, além de garantir facilidade de reposição e compatibilidade com sistemas existentes.

2. Alta durabilidade e baixo custo de manutenção

Os produtos em PVC possuem elevada resistência a agentes químicos e à corrosão, sendo indicados para instalações hidráulicas de longa permanência. Essa durabilidade reduz a frequência de substituições e intervenções corretivas, gerando economia em mão de obra e materiais no médio e longo prazo.

3. Facilidade de transporte, armazenamento e instalação

Por serem leves e modulares, os tubos, conexões e registros em PVC demandam menos esforço logístico e menor tempo de instalação. Isso resulta em economia com transporte, equipamentos e custos operacionais durante obras e manutenções.

4. Otimização da mão de obra

Os materiais exigem ferramentas simples e pouca complexidade técnica para montagem, o que permite o uso de mão de obra comum e reduz o tempo de serviço. Isso se reflete em custos menores com contratação e execução de atividades hidráulicas.

5. Compatibilidade com padrões técnicos

A padronização dos componentes (bitolas, conexões e roscas) evita a necessidade de adaptações, retrabalhos ou substituições completas de sistemas preexistentes, promovendo economia de recursos públicos e continuidade operacional com mínimo impacto.

6. Economia no uso de recursos hídricos

Os sistemas de irrigação, como aspersores e mangueiras de jato lateral, foram selecionados por sua eficiência no direcionamento e controle do fluxo de água. Isso contribui diretamente para a redução de consumo hídrico, o que representa economia financeira nas contas públicas, especialmente em áreas de manutenção de jardins e paisagismo.

Portanto, a seleção dos materiais hidráulicos levou em consideração sua performance, durabilidade e eficiência de custo ao longo do tempo. Trata-se de uma solução tecnicamente adequada e financeiramente vantajosa, que contribui para o uso racional dos recursos públicos e para a redução de gastos com manutenção, reposição e consumo de insumos.

5. Levantamento de mercado (inciso III do art.8º do Decreto Municipal nº 3.219/2023)

5.1. O objetivo deste levantamento é identificar e analisar as alternativas disponíveis para auxiliar os órgãos/unidades orçamentárias da Prefeitura do Município de Sobral no fornecimento e/ou execução dos serviços objeto deste ETP, além de justificar a escolha da solução mais adequada.

5.2. Em análise ao mercado, foram realizadas consultas no Portal Nacional de Contratações Públicas, Portal de Licitações dos Municípios no site do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, contratações anteriores do mesmo órgão, Portais de Transparências de outros órgãos e em outros sítios na internet, em anexo, e identificamos 02 (duas) alternativas que podem suprir a necessidade, vejamos:

Solução 1

Solução 1 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> - Autonomia na execução: Permite que a equipe interna ou outro prestador utilize os materiais adquiridos; - Economia com mão de obra: Pode reduzir custos se houver equipe técnica própria; - Controle de qualidade do material: A Administração escolhe diretamente os materiais, podendo garantir melhor qualidade; - Estoque estratégico: Possibilita manter estoque para uso imediato em emergências; - Agilidade para manutenções simples: Equipe interna pode realizar pequenos reparos com mais rapidez. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exige estrutura interna: Necessita de equipe técnica capacitada para instalação ou manutenção; - Risco de incompatibilidade na aplicação: Materiais podem ser mal especificados ou não atender à demanda real; - Controle de estoque e armazenamento: Demanda espaço físico e gestão de materiais; - Responsabilidade por falhas: Problemas na instalação podem não estar cobertos por garantia; - Custo indireto com logística: Envolve custos de recebimento, conferência, transporte e guarda de materiais.

Solução 2

Solução 2 – SERVIÇOS MANUTENÇÃO HIDRÁULICA	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> - Autonomia na execução: Autonomia na execução; - Economia com mão de obra: Reduz riscos de erro ou retrabalho, pois o serviço é feito por especialistas; - Controle de qualidade do material: Responsabilidade técnica do contratado pelo funcionamento da instalação; - Estoque estratégico: Não requer armazenagem ou controle de estoque pela Administração; - Agilidade para manutenções simples: Ideal para manutenções complexas ou de maior escala. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exige estrutura interna: Pode gerar dependência de terceiros para manutenção contínua; - Risco de incompatibilidade na aplicação: Em alguns contratos, a especificação dos materiais fica restrita ao contratado; - Controle de estoque e armazenamento: Em contratos mal elaborados, pode haver falhas na qualidade ou no prazo de execução; - Responsabilidade por falhas: Eventuais aditivos ou emergências podem elevar os custos totais; - Custo indireto com logística: Em alguns casos, o custo dos materiais já está embutido no serviço contratado.

5.3 Análise Comparativa de Soluções:

Ao analisar as alternativas para atender às demandas hidráulicas da Administração, foram consideradas duas soluções: a aquisição direta de materiais hidráulicos e a contratação de serviços de manutenção hidráulica com fornecimento de insumos. Ambas as alternativas possuem vantagens específicas, porém, a aquisição de materiais se mostra mais vantajosa no contexto atual, conforme detalhado a seguir.

A aquisição de material hidráulico apresenta menor custo direto, pois elimina os encargos adicionais relacionados à mão de obra especializada e à gestão contratual de terceiros. Ao comprar os materiais separadamente, é possível obter melhores condições comerciais, como preços por atacado, maior poder de negociação, e planejamento orçamentário mais eficiente. Além disso, possibilita a escolha direta de marcas e especificações técnicas, garantindo melhor qualidade e compatibilidade com os sistemas já existentes na estrutura hidráulica da instituição.

Outro ponto relevante é a agilidade operacional. Com os materiais disponíveis em estoque, a equipe técnica interna pode realizar intervenções imediatas, sem a necessidade de processos formais para contratação de serviços ou espera por prazos contratuais. Isso é especialmente vantajoso em situações de manutenção emergencial ou preventiva de pequena e média complexidade.

A alternativa da contratação de serviços de manutenção, por outro lado, representa uma solução mais completa em contextos onde não há equipe técnica disponível ou quando se trata de reparos de alta complexidade. No entanto, essa opção costuma ser mais onerosa, pois envolve o fornecimento de materiais e a prestação do serviço em conjunto, com aplicação de margens de lucro e custos indiretos por parte da empresa contratada. Além disso, há menor controle sobre os materiais empregados e risco de substituições por produtos genéricos ou de qualidade inferior, caso o contrato não especifique adequadamente os insumos.

Considerando que o órgão dispõe de equipe técnica capacitada para execução dos serviços, a aquisição de material hidráulico garante maior autonomia, menor custo global, mais agilidade e controle de qualidade. A possibilidade de utilizar os materiais adquiridos de forma planejada e estratégica, inclusive em ações preventivas, amplia a eficiência administrativa e reduz a dependência de contratações externas.

Diante da comparação entre as duas alternativas, conclui-se que a aquisição de materiais hidráulicos é a solução mais vantajosa para o atendimento das demandas da Administração, uma vez que promove economia de recursos públicos, maior controle técnico, agilidade nas ações corretivas e preventivas e melhor aproveitamento da estrutura interna já existente. Trata-se, portanto, de uma decisão que concilia eficiência operacional com responsabilidade fiscal.

5.4 Justificativa da Escolha da Solução

Após análise das alternativas, a solução mais recomendada é a Solução 1. Tal opção promove o atendimento das necessidades descritas, tendo em vista que a aquisição de materiais hidráulicos representa uma solução mais vantajosa sob os aspectos econômicos, operacionais e de eficiência administrativa, especialmente em órgãos que dispõem de equipe própria para executar os serviços. Essa alternativa de contratação se destaca por ser a solução mais completa e viável para atender as necessidades das Secretarias demandantes, além de oferecer autonomia e qualidade.

5.5. Alternativas para a regularização da contratação

Os itens do presente estudo técnico preliminar são classificados como “aquisição de bens comuns”, nos termos do inciso XIII, Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, portanto, a única alternativa para caso em tela é a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com o critério de julgamento pelo menor preço. Conforme o inciso XLI, Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, “o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns,

cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”. O pregão está previsto no rol de modalidades, no inciso I, Art. 28 da Lei nº 14.133/2021, e o critério de julgamento pelo menor preço está previsto no inciso I, Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

6.1 A estimativa das quantidades foi elaborada com base nas necessidades (contínuas ou não) das Secretarias demandantes, garantindo conformidade com a legislação e eficiência na execução contratual e consecução do interesse público envolvido, conforme a seguir:

LOTE 1			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
1.1	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25MM x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	150
1.2	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 32MM x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	70
1.3	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40MM x 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
1.4	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50MM x 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
1.5	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60MM x 2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	50
1.6	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 75MM x 2 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	20
1.7	ADAPTADOR INTERNO, ROSCA EXTERNA 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE	300
1.8	ADAPTADOR INTERNO, ROSCA EXTERNA 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE	70
1.9	CAP PVC SOLDAVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	70
1.10	CAP PVC SOLDAVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	70
1.11	CAP PVC SOLDAVEL 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
1.12	CAP PVC SOLDAVEL 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
1.13	PLUG PVC ROSCÁVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	120
1.14	PLUG PVC ROSCÁVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	120
1.15	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	20
1.16	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE	20

LOTE 2			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
2.1	TUBO PVC, SOLDAVEL, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	70
2.2	TUBO PVC, SOLDAVEL, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	70
2.3	TUBO PVC, SOLDAVEL, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	30
2.4	TUBO PVC, SOLDAVEL, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA (NBR5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	30
2.5	TUBO PVC, SOLDAVEL, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA (NBR5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	30

LOTE 3			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
3.1	LUVA PVC SOLDAVEL, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	120
3.2	LUVA PVC SOLDAVEL, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	100
3.3	LUVA PVC SOLDAVEL, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	50
3.4	LUVA PVC SOLDAVEL, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	50
3.5	LUVA PVC SOLDAVEL, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	50
3.6	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 32MM x 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	100
3.7	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 40MM x 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	100
3.8	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL, PVC, 75MM x 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNIDADE	50
3.9	LUVA DE UNIÃO SOLDAVEL PVC 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	70
3.10	LUVA DE UNIÃO SOLDAVEL PVC 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	70
3.11	LUVA DE UNIÃO SOLDAVEL PVC 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40

3.12	LUVA DE UNIÃO SOLDAVEL PVC 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE	40
3.13	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40
3.14	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40
3.15	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40
3.16	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40
3.17	LUVA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 3/4 x 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	70
3.18	LUVA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	70
3.19	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 1/4 x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40
3.20	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 1/2 x 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE	40

LOTE 4

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
4.1	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM BORBOLETA, COM ROSCA EXTERNA, DE 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE	70
4.2	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE	40
4.3	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE	70
4.4	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE	40
4.5	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE	40
4.6	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE	70
4.7	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE	70

LOTE 5

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
------	---------------	---------	------

5.1	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	120
5.2	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	70
5.3	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	40
5.4	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	40
5.5	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	40
5.6	VÁLVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO SOLDAVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	40
5.7	VÁLVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO SOLDAVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	40
5.8	VÁLVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO ROSCADO 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	40
5.9	VÁLVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO ROSCADO 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	40

LOTE 6

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
6.1	SILICONE ACÉTICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UNIDADE	80
6.2	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 G	FRASCO	80
6.3	FITA VEDA ROSCA, 18MM X 25M (L X C)	ROLO	200

LOTE 7

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
7.1	MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO JATO LATERAL. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ALCANCE: 2M; MICROJATO: 0,50M; POSIÇÃO DOS EMISSORES: LATERAL; ROLO 100M.	ROLO	5
7.2	MANGUEIRA, EMBORRACHADA 3/4, ROLO COM 50 METROS ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: FLEXIVEL E RESISTENTE; MATERIAL EM PVC; PAREDE 3,0MM; NAS CORES VERDE OU AZUL.	ROLO	30
7.3	ASPERSOR ROTOR SUBTERRANEO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: ESTÁTICO; ABASTECIMENTO: REDE SUBTERRÂNEA; ARCO: 360° AJUSTÁVEL; ALCANCE MÍNIMO: 6 M; PRESSÃO MÍNIMA: 1,7 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; VAZÃO MÍNIMA: 0,10 M3/H; TIPO DE ASPERSOR: SPRAY.	UNIDADE	125
7.4	ASPERSOR PARA ENGATE RÁPIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: GIRATÓRIO; ABASTECIMENTO: MANGUEIRA; ARCO: 360°; ALCANCE MÍNIMO: 12 M; PRESSÃO MÍNIMA: 4 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; MATERIAL DE FABRICAÇÃO:CORPO EM	UNIDADE	37

	PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA; FIXAÇÃO NO TERRENO ACOPLADO.		
--	------------------------------------------------------------	--	--

LOTE 8			
Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Qtd.
8.1	MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO JATO LATERAL. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ALCANCE: 2M; MICROJATO: 0,50M; POSIÇÃO DOS EMISSORES: LATERAL; ROLO 100M.	ROLO	15
8.2	MANGUEIRA, EMBORRACHADA 3/4, ROLO COM 50 METROS ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: FLEXIVEL E RESISTENTE; MATERIAL EM PVC; PAREDE 3,0MM; NAS CORES VERDE OU AZUL.	ROLO	90
8.3	ASPERSOR ROTOR SUBTERRANEO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: ESTÁTICO; ABASTECIMENTO: REDE SUBTERRÂNEA; ARCO: 360° AJUSTÁVEL; ALCANCE MÍNIMO: 6 M; PRESSÃO MÍNIMA: 1,7 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; VAZÃO MÍNIMA: 0,10 M3/H; TIPO DE ASPERSOR: SPRAY.	UNIDADE	375
8.4	ASPERSOR PARA ENGATE RÁPIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: GIRATÓRIO; ABASTECIMENTO: MANGUEIRA; ARCO: 360°; ALCANCE MÍNIMO: 12 M; PRESSÃO MÍNIMA: 4 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; MATERIAL DE FABRICAÇÃO:CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA; FIXAÇÃO NO TERRENO ACOPLADO.	UNIDADE	113

6.2 Justificativa para os quantitativos estimados

6.2.1. A estimativa de consumo dos itens desse processo é justificada com base nos seguintes critérios: Consumo de exercícios anteriores e acréscimo de atividade.

6.2.2. Memória de cálculo:

Lote 1					
Item	especificação	Unid.	Modalidade de Aquisição	Qtde Liquidada do Processo	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA
1.1	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25MM x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID			
1.2	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 32MM x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID			
1.3	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40MM x 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID			
1.4	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50MM x 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID			
1.5	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60MM x 2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID			
1.6	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 75MM x 2 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID			
1.7	ADAPTADOR INTERNO, ROSCA EXTERNA 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNID		ITEM NOVO	
1.8	ADAPTADOR INTERNO, ROSCA EXTERNA 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNID		ITEM NOVO	
1.9	CAP PVC SOLDAVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID		ITEM NOVO	
1.10	CAP PVC SOLDAVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO	UNID		ITEM NOVO	

	COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.		
1.11	CAP PVC SOLDAVEL 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID	ITEM NOVO
1.12	CAP PVC SOLDAVEL 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID	ITEM NOVO
1.13	PLUG PVC ROSCÁVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNID	ITEM NOVO
1.14	PLUG PVC ROSCÁVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNID	ITEM NOVO
1.15	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNID	ITEM NOVO
1.16	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNID	ITEM NOVO

Lote 2					
Item	especificação	Unid.	Modalidade de Aquisição	Qtde Liquidada do Processo	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA
2.1	TUBO PVC, SOLDAVEL, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	PE23003-AMA	30	30
2.2	TUBO PVC, SOLDAVEL, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	PE23003-AMA	15	15
2.3	TUBO PVC, SOLDAVEL, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	PE23003-AMA	12	12
2.4	TUBO PVC, SOLDAVEL, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA (NBR5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	PE23003-AMA	12	12
2.5	TUBO PVC, SOLDAVEL, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA (NBR5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	PE23003-AMA	12	12

Lote 3					
Item	especificação	Unid.	Modalidade de Aquisição	Qtde Liquidada do Processo	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA
3.1	LUVA PVC SOLDAVEL, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNID	PE23003-AMA	90	90
3.2	LUVA PVC SOLDAVEL, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNID	PE23003-AMA	90	90
3.3	LUVA PVC SOLDAVEL, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNID	PE23003-AMA	45	45
3.4	LUVA PVC SOLDAVEL, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNID	PE23003-AMA	45	45
3.5	LUVA PVC SOLDAVEL, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNID	PE23003-AMA	45	45
3.6	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 32MM x 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNID	PE23003-AMA	90	90
3.7	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 40MM x 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNID	PE23003-AMA	90	90
3.8	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL, PVC, 75MM x 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNID	PE23003-AMA	45	45
3.9	LUVA DE UNIÃO SOLDAVEL PVC 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID			ITEM NOVO
3.10	LUVA DE UNIÃO SOLDAVEL PVC 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID			ITEM NOVO
3.11	LUVA DE UNIÃO SOLDAVEL PVC 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID			ITEM NOVO

3.12	LUVA DE UNIÃO SOLDABEL PVC 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNID	ITEM NOVO
3.13	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNID	ITEM NOVO
3.14	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNID	ITEM NOVO
3.15	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNID	ITEM NOVO
3.16	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNID	ITEM NOVO
3.17	LUVA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 3/4 x 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNID	ITEM NOVO
3.18	LUVA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNID	ITEM NOVO
3.19	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 1/4 x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNID	ITEM NOVO
3.20	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 1/2 x 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNID	ITEM NOVO

Lote 4					
Item	especificação	Unid.	Modalidade de Aquisição	Qtde Liquidada do Processo	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA
4.1	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM BORBOLETA, COM ROSCA EXTERNA, DE 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE			
4.2	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE			
4.3	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE			
4.4	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE			
4.5	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE			
4.6	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE			
4.7	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE			

Lote 5					
Item	especificação	Unid.	Modalidade de Aquisição	Qtde Liquidada do Processo	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA
5.1	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE			
5.2	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE			
5.3	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE			
5.4	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE			
5.5	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA	UNIDADE			

	PREDIAL, MARRON.			
5.6	VALVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO SOLDAVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	ITEM NOVO	
5.7	VALVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO SOLDAVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	ITEM NOVO	
5.8	VALVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO ROSCADO 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	ITEM NOVO	
5.9	VALVULA DE SUCÇÃO PVC PÉ COM CRIVO ROSCADO 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE	ITEM NOVO	

Lote 6					
Item	especificação	Unid.	Modalidade de Aquisição	Qtde Liquidada do Processo	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA
6.1	SILICONE ACÉTICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UNIDADE	PE23003-AMA	45	45
6.2	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 G	FRASCO	PE23003-AMA	15	15
6.3	FITA VEDA ROSCA, 18MM X 25M (L X C)	ROLO	PE23003-AMA	45	45

Lote 7 e 8					
Item	especificação	Unid.	Modalidade de Aquisição	Qtde Liquidada do Processo	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA
7.1 e 8.1	MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO JATO LATERAL. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ALCANCE: 2M; MICROJATO: 0,50M; POSIÇÃO DOS EMISSORES: LATERAL; ROLO 100M.	ROLO	ITEM NOVO		
7.2 e 8.2	MANGUEIRA, EMBORRACHADA 3/4, ROLO COM 50 METROS ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: FLEXIVEL E RESISTENTE; MATERIAL EM PVC; PAREDE 3,0MM; NAS CORES VERDE OU AZUL.	ROLO			
7.3 e 8.3	ASPERSOR ROTOR SUBTERRANEO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: ESTÁTICO; ABASTECIMENTO: REDE SUBTERRÂNEA; ARCO: 360° AJUSTÁVEL; ALCANCE MÍNIMO: 6 M; PRESSÃO MÍNIMA: 1,7 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; VAZÃO MÍNIMA: 0,10 M3/H; TIPO DE ASPERSOR: SPRAY.	UNIDADE	PE23003-AMA	100	66
			PE23003-AMA	32	
7.4 e 8.4	ASPERSOR PARA ENGATE RÁPIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: GIRATÓRIO; ABASTECIMENTO: MANGUEIRA; ARCO: 360°; ALCANCE MÍNIMO: 12 M; PRESSÃO MÍNIMA: 4 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; MATERIAL DE FABRICAÇÃO:CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA; FIXAÇÃO NO TERRENO ACOPLADO.	UNIDADE	PE23003-AMA	50	47,5
			PE23003-AMA	45	

As demandas dos quantitativos necessárias do referente processo são:

LOTE 1				
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA	QTDE NECESSÁRIA
1.1	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25MM x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARRON.	UNIDADE		150
1.2	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 32MM x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARRON.	UNIDADE		70
1.3	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40MM x 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARRON.	UNIDADE		40
1.4	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50MM x 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARRON.	UNIDADE		40
1.5	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 60MM x 2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARRON.	UNIDADE		50
1.6	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 75MM x 2 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARRON.	UNIDADE		20

1.7	ADAPTADOR INTERNO, ROSCA EXTERNA 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE		300
1.8	ADAPTADOR INTERNO, ROSCA EXTERNA 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PRETO.	UNIDADE		70
1.9	CAP PVC SOLDAVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE		70
1.10	CAP PVC SOLDAVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE		70
1.11	CAP PVC SOLDAVEL 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE		40
1.12	CAP PVC SOLDAVEL 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE		40
1.13	PLUG PVC ROSCÁVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE		120
1.14	PLUG PVC ROSCÁVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE		120
1.15	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE		20
1.16	PLUG PVC ROSCÁVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCO.	UNIDADE		20

LOTE 2

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA	QTDE NECESSÁRIA
2.1	TUBO PVC, SOLDAVEL, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	30	70
2.2	TUBO PVC, SOLDAVEL, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	15	70
2.3	TUBO PVC, SOLDAVEL, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ÁGUA FRIA (NBR-5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	12	30
2.4	TUBO PVC, SOLDAVEL, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA (NBR5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	12	30
2.5	TUBO PVC, SOLDAVEL, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA (NBR5648), VARA COM 6 METROS, MARROM.	VARA	12	30

LOTE 3

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA	QTDE NECESSÁRIA
3.1	LUVA PVC SOLDAVEL, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	90	120
3.2	LUVA PVC SOLDAVEL, 32MM.	UNIDADE	90	100

	ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.			
3.3	LUVA PVC SOLDÁVEL, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	45	50
3.4	LUVA PVC SOLDÁVEL, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	45	50
3.5	LUVA PVC SOLDÁVEL, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	45	50
3.6	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL, PVC, 32MM x 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE	90	100
3.7	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL, PVC, 40MM x 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNIDADE	90	100
3.8	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL, PVC, 75MM x 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL MARROM.	UNIDADE	45	50
3.9	LUVA DE UNIÃO SALDAVEL PVC 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE		70
3.10	LUVA DE UNIÃO SALDAVEL PVC 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE		70
3.11	LUVA DE UNIÃO SALDAVEL PVC 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE		40
3.12	LUVA DE UNIÃO SALDAVEL PVC 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, MARROM.	UNIDADE		40
3.13	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE		40
3.14	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE		40
3.15	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE		40
3.16	LUVA DE UNIÃO PVC ROSCAVEL 1 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE		40
3.17	LUVA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 3/4 x 1/2". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE		70
3.18	LUVA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 x 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE		70
3.19	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 1/4 x 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE		40
3.20	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1 1/2 x 1 1/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA, BRANCA.	UNIDADE		40

LOTE 4

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA	QTDE NECESSÁRIA
4.1	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM BORBOLETA, COM ROSCA EXTERNA, DE 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE		70

4.2	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE		40
4.3	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE		70
4.4	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE		40
4.5	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARROM.	UNIDADE		40
4.6	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE		70
4.7	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648), MARROM.	UNIDADE		70

LOTE 5				
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA	QTDE NECESSÁRIA
5.1	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE		120
5.2	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE		70
5.3	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 40MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE		40
5.4	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE		40
5.5	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 60MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: PARA ÁGUA FRIA PREDIAL, MARROM.	UNIDADE		40
5.6	VALVULA DE SUCCÃO PVC PÉ COM CRIVO SOLDAVEL 32MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE		40
5.7	VALVULA DE SUCCÃO PVC PÉ COM CRIVO SOLDAVEL 25MM. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE		40
5.8	VALVULA DE SUCCÃO PVC PÉ COM CRIVO ROSCADO 1". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE		40
5.9	VALVULA DE SUCCÃO PVC PÉ COM CRIVO ROSCADO 3/4". ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: MARRON	UNIDADE		40

LOTE 6				
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA	QTDE NECESSÁRIA
6.1	SILICONE ACÉTICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UNIDADE	45	80
6.2	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 G	FRASCO	15	80

6.3	FITA VEDA ROSCA, 18MM X 25M (L X C)	ROLO	45	200
-----	-------------------------------------	------	----	-----

LOTE 7 e 8				
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MÉDIA DA QTDE. LIQUIDADADA	QTDE NECESSÁRIA
7.1 e 8.1	MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO JATO LATERAL. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: ALCANCE: 2M; MICROJATO: 0,50M; POSIÇÃO DOS EMISSORES: LATERAL; ROLO 100M.	ROLO		20
7.2 e 8.2	MANGUEIRA, EMBORRACHADA 3/4, ROLO COM 50 METROS ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: FLEXIVEL E RESISTENTE; MATERIAL EM PVC; PAREDE 3,0MM; NAS CORES VERDE OU AZUL.	ROLO		120
7.3 e 8.3	ASPERSOR ROTOR SUBTERRANEO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: ESTÁTICO; ABASTECIMENTO: REDE SUBTERRÂNEA; ARCO: 360° AJUSTÁVEL; ALCANCE MÍNIMO: 6 M; PRESSÃO MÍNIMA: 1,7 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; VAZÃO MÍNIMA: 0,10 M3/H; TIPO DE ASPERSOR: SPRAY.	UNIDADE	66	500
7.4 e 8.4	ASPERSOR PARA ENGATE RÁPIDO. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: TIPO: GIRATÓRIO; ABASTECIMENTO: MANGUEIRA; ARCO: 360°; ALCANCE MÍNIMO: 12 M; PRESSÃO MÍNIMA: 4 BAR; DIÂMETRO DO ENGATE: 3/4"; MATERIAL DE FABRICAÇÃO:CORPO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA; FIXAÇÃO NO TERRENO ACOPLADO.	UNIDADE	47,5	150

O aumento das quantidades de materiais hidráulicos solicitados neste processo justifica-se devido ao surgimento de novas áreas para implementação de sistemas de irrigação, além da frequente danificação das instalações hidráulicas já existentes em vários espaços públicos. Acrescenta-se também a nova dinâmica e ampliação da equipe de apoio no zelo dos bens mantidos pela Agência Municipal do Meio Ambiente e as situações contingenciais, razões pelas quais opta-se pelo maior quantitativo de matérias, visando atender as novas demandas e garantir a continuidade dos serviços e a preservação dos espaços públicos.

6.2.3. Locais onde serão utilizados:

Atualmente a Diretoria de Parques, Jardins e Unidades de Conservação é responsável por 175 equipamentos públicos, sendo 13 parques e 162 praças. Segue listagem dos parques e praças sob sua administração:

	NOME POPULAR	TIPOLOGIA	BAIRRO/LOCALIDADE		NOME POPULAR	TIPOLOGIA	BAIRRO/LOCALIDADE
1	PARQUE DA CIDADE	PARQUE	CAMPO DOS VELHOS	61	LARGO PADRE IBIAPINA	PRAÇA	DOMINGOS OLÍMPIO
2	JARDIM BOTÂNICO	PARQUE	VILA UNIÃO	62	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	DOMINGOS OLÍMPIO
3	PARQUE PEDRINHAS	PARQUE	PEDRINHAS	63	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	DOMINGOS OLÍMPIO
4	PARQUE INTEGRAÇÃO	PARQUE	DOM JOSÉ	64	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	PEDRO MENDES
5	PARQUE EVANGELINA SABOYA	PARQUE	SINHÁ SABÓIA	65	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	PEDRO MENDES
6	PARQUE JOSÉ EUCLIDES	PARQUE	JOSÉ EUCLIDES	66	PRAÇA JOSÉ NILSON F. GOMES	PRAÇA	JUNCO
7	PARQUE ESTAÇÃO BELCHIOR	PARQUE	CENTRO	67	PRAÇA DO CSF DO JUNCO	PRAÇA	JUNCO
8	PARQUE MUCAMBINHO	PARQUE	CENTRO	68	PRAÇA MÁRCIO SOARES	PRAÇA	JUNCO
9	PARQUE DA MARGEM ESQUERDA	PARQUE	CENTRO	69	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	JUNCO
10	MARGEM DIREITA	PARQUE	DOM EXPEDITO	70	ALTO DO CRISTO	PRAÇA	ALTO DO CRISTO
11	CICLOVIA LELA	PARQUE	CAMPO DOS VELHOS	71	PRAÇA ANTÔNIO	PRAÇA	ALTO DO CRISTO

					GILSON MARQUES DA		
12	LAGOA DA FAZENDA	PARQUE	CORAÇÃO DE JESUS	72	PRAÇA GRUTA	PRAÇA	ALTO DO CRISTO
13	PARQUE PAJEÚ	PARQUE	CORAÇÃO DE JESUS	73	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	ALTO DO CRISTO
14	PRAÇA ANTÔNIO ALFREDO PARENTE	PRAÇA	PADRE IBIAPINA	74	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	PADRE PALHANO
15	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	PADRE IBIAPINA	75	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	PADRE PALHANO
16	PRAÇA 7 DE SETEMBRO	PRAÇA	CAMPO DOS VELHOS	76	PRAÇA OCÁCIO ALCÁNTARA	PRAÇA	PADRE PALHANO
17	PRAÇA DO LAGOA	PRAÇA	CAMPO DOS VELHOS	77	PRAÇA DA ESCOLA PADRE PALHANO	PRAÇA	PADRE PALHANO
18	PISTA DE SKATE	PRAÇA	CAMPO DOS VELHOS	78	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	PADRE PALHANO
19	PRAÇA SANTO ANTÔNIO	PRAÇA	CAMPO DOS VELHOS	79	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	GERARDO CRISTINO
20	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	CAMPO DOS VELHOS	80	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	GERARDO CRISTINO
21	PRAÇA MARIANO SALES	PRAÇA	CAMPO DOS VELHOS	81	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	GERARDO CRISTINO
22	PRAÇA CENTRO DE CONVENÇÕES	PRAÇA	CAMPO DOS VELHOS	82	PRAÇA RUTH CRISITINO	PRAÇA	GERARDO CRISTINO
23	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	CAMPO DOS VELHOS	83	PRAÇA DO MINI-ESTÁDIO	PRAÇA	GERARDO CRISTINO
24	PRAÇA DO CAMPO DOS VELHOS	PRAÇA	CAMPO DOS VELHOS	84	PRAÇA DO CONJUNTO SANTO ANTÔNIO	PRAÇA	GERARDO CRISTINO
25	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	CAMPO DOS VELHOS	85	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	GERARDO CRISTINO
26	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	JERÔNIMO PRADO	86	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	GERARDO CRISTINO
27	PRAÇA DO RECANTO I	PRAÇA	ALTO DA BRASÍLIA	87	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	PARQUE SILVANA
28	PRAÇA HÉLIO BARRETO ARRUDA COELHO	PRAÇA	ALTO DA BRASÍLIA	88	PRAÇA DA IGREJA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	PRAÇA	SINHÁ SABÓIA
29	PRAÇA DOMÍCIO PEREIRA	PRAÇA	ALTO DA BRASÍLIA	89	PRAÇA SIMÃO COSTA GOMES	PRAÇA	SINHÁ SABÓIA
30	PRAÇA MACEIÓ	PRAÇA	ALTO DA BRASÍLIA	90	QUADRA DA LAVANDERIA	PRAÇA	SINHÁ SABÓIA
31	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	ALTO DA BRASÍLIA	91	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	SINHÁ SABÓIA
32	PRAÇA PAULINO ROCHA	PRAÇA	ALTO DA BRASÍLIA	92	PRAÇA DOS TERRENOS NOVOS	PRAÇA	JOSÉ EUCLIDES
33	PRAÇA PARAÍSO DAS FLORES	PRAÇA	ALTO DA BRASÍLIA	93	PRAÇA DA CRIANÇA	PRAÇA	JOSÉ EUCLIDES
34	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	ALTO DA BRASÍLIA	94	PRAÇA DA ESCOLA JARBAS PASSARINHO	PRAÇA	JOSÉ EUCLIDES
35	PRAÇA DO BANCO DE MUDAS	PRAÇA	ALTO DA BRASÍLIA	95	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	JOSÉ EUCLIDES
36	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	NOVO RECANTO	96	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	JOSÉ EUCLIDES
37	PRAÇA DA VILA RECANTO II	PRAÇA	NOVO RECANTO	97	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	JOSÉ EUCLIDES
38	LARGO DOS BOMBEIROS	PRAÇA	JOCELY DANTAS	98	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	CENTRO
39	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	VILA UNIÃO	99	PRAÇA DO PATROCÍNIO	PRAÇA	CENTRO
40	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	VILA UNIÃO	100	PRAÇA PINTOR LEMOS	PRAÇA	CENTRO
41	SEM INFORMAÇÃO	PRAÇA	VILA UNIÃO	101	SEM	PRAÇA	CENTRO

	(S.I.)				INFORMAÇÃO (S.I.)		
42	PRAÇA BRASIL	PRAÇA	VILA UNIÃO	102	PRAÇA DA SAÚDE	PRAÇA	CENTRO
43	PRAÇA JARDIM BOTÂNICO	PRAÇA	VILA UNIÃO	103	PAÇO MUNICIPAL	PRAÇA	CENTRO
44	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	VILA UNIÃO	104	PRAÇA FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA	PRAÇA	CENTRO
45	QUADRA DE ESPORTES DA COHAB II	PRAÇA	COHAB II	105	PRAÇA ANTÔNIO MACIEL	PRAÇA	CENTRO
46	PRAÇA DAS MISSÕES REDENTORAS	PRAÇA	COHAB II	106	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	CENTRO
47	PRAÇA SILVANA MARIA V. ALEXANDRINO	PRAÇA	COHAB II	107	PRAÇA JOCELIO MARQUES	PRAÇA	CENTRO
48	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	COHAB II	108	PRAÇA MONSENHOR EUFRÁSIO	PRAÇA	CENTRO
49	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	COHAB II	109	PRAÇA DO ABRIGO	PRAÇA	CENTRO
50	PISTA DE SKATE DA COHAB II	PRAÇA	COHAB II	110	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	CENTRO
51	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	PEDRINHAS	111	BOULEVARD DO ARCO	PRAÇA	CENTRO
52	PRAÇA DAS PEDRINHAS	PRAÇA	PEDRINHAS	112	LARGO DAS DORES	PRAÇA	CENTRO
53	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	DOM JOSÉ	113	PRAÇA DA VÁRZEA	PRAÇA	CENTRO
54	PRAÇA DO ALTO NOVO	PRAÇA	DOM JOSÉ	114	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	CENTRO
55	PRAÇA JAIRO LINHARES PONTE	PRAÇA	DOM JOSÉ	115	PRAÇA DO QUARTEL	PRAÇA	CENTRO
56	SEM INFORMAÇÃO (S.I.)	PRAÇA	DOM JOSÉ	116	PRAÇA DE CUBA	PRAÇA	CENTRO
57	PRAÇA NOVA CAIÇARA	PRAÇA	NOVA CAIÇARA	117	LARGO DE SÃO FRANCISCO E SANTA CLARA	PRAÇA	CENTRO
58	PRAÇA MAIS INFÂNCIA	PRAÇA	NOVA CAIÇARA	118	PRAÇA DO AMOR	PRAÇA	CENTRO
59	PRAÇA DA ESCOLA EMÍLIO SENDIM	PRAÇA	DOMINGOS OLÍMPIO	119	PRAÇA DO COLÉGIO SANT'ANA	PRAÇA	CENTRO
60	PRAÇA DO CIRÃO	PRAÇA	DOMINGOS OLÍMPIO	120	PRAÇA DO BOSQUE	PRAÇA	CENTRO

7. Estimativa do valor da contratação

7.1. As unidades de medida de cada item da contratação, a quantidade estimada dos bens e o valor estimado na contratação baseou-se nos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei 14.133/2021, bem como no art. 19 do Decreto Municipal nº 3.212/2023,

7.2. O custo estimado da contratação possuirá caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas conforme justificativa em anexo a este ETP.

8. Descrição da solução como um todo considerando todo o ciclo de vida do objeto

8.1. A solução apresentada contempla o uso integrado de materiais hidráulicos em PVC, com aplicação específica para condução de água fria em sistemas prediais e de irrigação. Esses materiais, divididos em lotes conforme suas funções e especificações, abrangem desde adaptadores, tubos e conexões, até registros, válvulas e acessórios de vedação. Todo o ciclo de vida desses componentes é cuidadosamente estruturado para garantir eficiência, segurança, durabilidade e conformidade com as normas técnicas vigentes, como a NBR 5648.

O ciclo se inicia na fase de planejamento e projeto, onde são definidas as características do sistema hidráulico, considerando diâmetros, tipos de conexões (soldáveis ou roscáveis), pontos de controle e sistemas de distribuição de água. A escolha por materiais em PVC se dá por sua resistência à corrosão, leveza, facilidade de manuseio e instalação, além do baixo custo operacional. Com base nessas definições, procede-se à aquisição dos materiais, que são transportados e armazenados em condições apropriadas, evitando

exposição direta ao sol, impactos ou deformações que comprometam a integridade das peças.

Na etapa de instalação, os tubos e conexões soldáveis são unidos utilizando adesivo plástico apropriado para PVC, garantindo vedação e resistência mecânica. Já as conexões roscáveis recebem fita veda rosca para assegurar a estanqueidade. Registros de esfera, válvulas de retenção e outros dispositivos de controle são instalados estrategicamente para permitir a gestão do fluxo hídrico, manutenções programadas e segurança operacional. Em sistemas de irrigação, as mangueiras e aspersores são posicionados conforme o projeto, com ajustes de alcance e pressão de acordo com as necessidades do terreno.

Com o sistema em funcionamento, os materiais passam à fase de operação, conduzindo água fria de maneira contínua e segura. Os componentes são projetados para suportar as pressões e condições típicas de uso em instalações prediais e agrícolas. A resistência térmica e química do PVC garante estabilidade e desempenho ao longo do tempo. O correto funcionamento dos registros e válvulas assegura o controle da vazão e evita perdas ou refluxos, contribuindo para a eficiência hídrica.

A manutenção do sistema é feita com base em inspeções regulares e correções pontuais. Conexões e registros danificados podem ser substituídos com facilidade, especialmente os componentes rosqueáveis. A limpeza de válvulas de sucção, revisão de conexões e reaplicação de vedantes, como fita ou silicone acético, integram as ações preventivas e corretivas que mantêm o sistema em bom estado. A padronização dos componentes e a facilidade de desmontagem de partes específicas permitem intervenções rápidas e com baixo impacto ao funcionamento geral.

Por fim, ao alcançar o fim da vida útil, os materiais podem ser parcialmente reaproveitados, especialmente em instalações secundárias. O PVC, sendo reciclável, pode ser processado e transformado em novos produtos por cooperativas e empresas especializadas. Quando o reaproveitamento não é viável, os materiais devem ser descartados de forma ambientalmente responsável, preferencialmente em aterros licenciados. Assim, o ciclo de vida é encerrado com atenção à sustentabilidade e à responsabilidade ambiental.

A solução como um todo oferece uma combinação eficiente entre durabilidade, praticidade de instalação e manutenção, custo-benefício e preocupação com o meio ambiente. O uso de materiais normatizados, a diversidade de peças para diferentes aplicações e a possibilidade de reciclagem ao final do ciclo reafirmam a viabilidade e eficácia do sistema hidráulico proposto.

8.2. Portanto, de acordo com os problemas a serem resolvidos, necessidade descrita e levantamento de mercado constantes no presente estudo técnico preliminar, a aquisição de materiais hidráulicos é a solução mais vantajosa para o atendimento das demandas da Administração, uma vez que promove economia de recursos públicos, maior controle técnico, agilidade nas ações corretivas e preventivas e melhor aproveitamento da estrutura interna já existente. Trata-se, portanto, de uma decisão que concilia eficiência operacional com responsabilidade fiscal, que conforme as características e natureza do objeto, o processo para contratação deverá ser por meio de Pregão para Registro de Preços na forma Eletrônica do tipo MENOR PREÇO, com forma de fornecimento: PARCELADA.

Forma de Contratação:

Modalidade da Lei n.º Lei 14.133/2021 com SRP: Pregão Eletrônico

Objeto:

Fornecimento

Fornecimento não continuado

Fornecimento continuado

Tipo de Material

Material de consumo

Material permanente

Tipo de Licitação: Menor Preço

Forma de fornecimento:

Por demanda

Parcelada

Integral

Tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte

§ 2º do art. 44 da Lei nº 123/2006 (empate ficto)

inciso I do art. 48 da Lei nº 123/2006 (itens/grupos exclusivos)

inciso II do art. 48 da Lei nº 123/2006 (subcontratação)

inciso III do art. 48 da Lei nº 123/2006 (cota reservada)

§ 3º do art. 48 da Lei nº 123/2006 (benefício local e regional)

Não se aplica

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

9.1. Justificativa para o não parcelamento em itens: O não parcelamento do objeto em itens, nos termos da alínea “b”, inciso V e §3º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública. A licitação, para a aquisição de que trata o objeto deste Termo de Referência, será dívida POR LOTE, e justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários fornecedores poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo do fornecimento do produto, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores. Quanto a divisão e julgamento por LOTE: Justifica-se a divisão e julgamento por LOTE, devido os itens ora licitados terem uma homogeneidade entre si, cujo mesmos possuem a mesma natureza e características, fato esse que não fere os princípios básicos das licitações e contratos quais sejam, o princípio da competitividade e igualdade, podendo os itens dispostos nesse termo de referência serem ofertados por qualquer fornecedor do ramo dos produtos de material hidráulico.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

10.1. A contratação dos produtos de material hidráulico, tem como objetivo garantir a implementação, ampliação e manutenção de sistemas de distribuição de água fria, tanto em redes prediais quanto em sistemas de irrigação. Com o uso de componentes em PVC normatizados, pretende-se assegurar a confiabilidade e a durabilidade das instalações, reduzindo riscos de vazamentos, falhas e interrupções no fornecimento de água. Além disso, a padronização dos itens adquiridos favorece a compatibilidade entre peças, o que simplifica a montagem, facilita eventuais manutenções e contribui para a redução de custos operacionais. A presença de registros, válvulas e aspersores permite o controle eficiente do fluxo hídrico, promovendo o uso racional da água e evitando desperdícios. Espera-se também maior agilidade na execução dos serviços, considerando a leveza e facilidade de manuseio dos materiais. Por fim, os produtos em PVC apresentam a vantagem adicional de serem recicláveis, o que contribui para a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental ao término de sua vida útil. Assim, os resultados esperados com essa aquisição estão diretamente relacionados à melhoria da infraestrutura hidráulica, com eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente. Os resultados esperados abrangem:

- * Manter o alcance dos indicadores de produtividade e de qualidade na prestação de serviços públicos;
- * Otimizar serviços de reparos em praças, parques e unidade de conservação;
- * Maior qualidade e agilidade na prestação de serviços a população;
- * Possibilita realizar um serviço com mais qualidade.

10.2. A seguir, detalham-se os resultados pretendidos com a contratação:

A contratação para aquisição dos materiais hidráulicos listados visa atender a diversas necessidades operacionais, técnicas e estratégicas, com resultados claramente definidos. Os principais resultados pretendidos com essa contratação são os seguintes:

Aprimorar a infraestrutura hidráulica, assegurando a instalação de sistemas de condução de água fria com alto padrão de qualidade, confiabilidade e durabilidade. A padronização dos componentes adquiridos — como tubos, conexões, registros, válvulas e acessórios — proporciona maior compatibilidade entre as peças, o que facilita a montagem, reduz o tempo de execução dos serviços e minimiza erros de instalação. Com isso, espera-se uma significativa otimização no desempenho dos sistemas hidráulicos, tanto prediais quanto de irrigação, promovendo maior controle sobre o fluxo de água e possibilitando manutenções pontuais com mínimo impacto à operação.

Além disso, a contratação busca assegurar a disponibilidade contínua de materiais para manutenções corretivas e preventivas, evitando paralisações e ampliando a vida útil das redes hidráulicas existentes. Espera-se também a redução de custos a médio e longo prazo, graças à resistência do PVC à corrosão, ao desgaste mecânico e à facilidade de substituição de peças danificadas. Outro resultado relevante é a economia no consumo de água, a partir da instalação de registros, válvulas de retenção e aspersores eficientes, que permitem o controle preciso da distribuição hídrica.

Em resumo, os resultados esperados com esta contratação envolvem maior eficiência técnica, economia operacional, segurança no fornecimento de água, sustentabilidade ambiental e melhoria da infraestrutura pública ou institucional onde os sistemas forem implantados.

11. Providências a serem adotadas previamente a celebração do contrato

11.1. Para garantir que contratação seja realizada de forma eficiente, segura e dentro da legalidade, a Administração Pública deve adotar uma série de providências antes da celebração do contrato.

11.2. A seguir, estão as principais etapas e ações a serem realizadas:

- Elaboração do Termo de Referência: Incluir uma descrição detalhada dos itens a serem contratados, com as especificações técnicas que se fizerem necessárias;
- Verificação da disponibilidade orçamentária e financeira para a contratação;
- Encaminhamento dos autos do processo para análise jurídica e controle prévio de legalidade pela coordenação jurídica competente para emissão de parecer;
- Publicação de edital para pré-qualificação de licitantes;
- Posteriormente, publicação do edital de licitação;
- Processamento e julgamento da licitação;
- Encaminhamento para homologação e posterior contratação, em caso de êxito;
- Designar o gestor e/ou fiscal de contrato.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Para esta solução **não há** contratações correlatas nem interdependentes que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

13.1. A CONTRATAÇÃO DE materiais hidráulicos pode gerar os seguintes impactos ambientais: a utilização dos materiais hidráulicos, embora necessária para a melhoria da

infraestrutura e da eficiência hídrica, pode gerar alguns impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida. Entre os principais impactos estão a emissão de poluentes atmosféricos durante a produção do PVC, o consumo de recursos naturais não renováveis como petróleo e gás, e a geração de resíduos sólidos, especialmente durante as fases de instalação e manutenção. Também há riscos associados ao descarte inadequado de sobras de materiais, embalagens e produtos químicos como adesivos e solventes, que podem causar contaminação do solo e da água. Além disso, a emissão de compostos orgânicos voláteis durante a aplicação de colas e silicones pode contribuir para a poluição do ar, e, em casos de instalações mal executadas, pode ocorrer desperdício significativo de água, além de impacto visual pelo acúmulo indevido de resíduos plásticos.

13.2. Ações mitigadoras e/ou preventivas: para mitigar esses impactos, é necessário adotar uma série de medidas preventivas e corretivas. Entre elas, destaca-se a escolha criteriosa de fornecedores que adotem processos de produção mais limpos e com responsabilidade ambiental. Durante a instalação, é fundamental que as equipes técnicas façam o uso racional dos materiais, reduzindo desperdícios e reutilizando sobras sempre que possível. A implantação de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, com coleta seletiva e destinação adequada para reciclagem ou descarte em locais licenciados, também é essencial. Produtos em PVC que não puderem ser reutilizados devem ser encaminhados para centros de reciclagem especializados, reduzindo o volume de resíduos em aterros. Quanto aos produtos químicos, é indispensável garantir o armazenamento e o descarte conforme normas ambientais, evitando vazamentos e exposição desnecessária. A capacitação das equipes responsáveis pela instalação e manutenção assegura a correta execução dos serviços, prevenindo vazamentos e perdas de água. Por fim, é importante manter um sistema de fiscalização contínuo que garanta o cumprimento das boas práticas ambientais durante toda a execução dos trabalhos.

Dessa forma, é possível equilibrar os benefícios operacionais da utilização dos materiais hidráulicos com uma atuação ambientalmente responsável e sustentável.

14. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

14.1. A CONTRATAÇÃO DE materiais hidráulicos, é uma medida estratégica e imprescindível para a AMA. Esta iniciativa garantirá o atendimento da necessidade a que se destina, considerando os aspectos técnicos, operacionais e ambientais envolvidos. Os itens especificados atendem às normas de qualidade e segurança exigidas para sistemas de condução de água fria, tanto em instalações prediais quanto em redes de irrigação, oferecendo confiabilidade, durabilidade e compatibilidade entre componentes.

A variedade e padronização dos materiais possibilitam uma aplicação eficiente, com instalação simplificada, manutenção facilitada e significativa redução de perdas hídricas e operacionais. Além disso, a contratação contempla insumos essenciais como adesivos, vedantes e registros, garantindo a integridade do sistema ao longo de sua vida útil.

Do ponto de vista ambiental, a escolha por materiais recicláveis e de alta durabilidade, aliada à previsão de medidas mitigadoras, contribui para a sustentabilidade do projeto, reforçando o compromisso com a gestão responsável dos recursos utilizados. A adequação dessa contratação é, portanto, indiscutível e alinhada com os objetivos de garantir a disponibilidade de materiais hidráulicos de qualidade para a instalação e manutenção de sistemas de água fria, assegurar a durabilidade e eficiência desses sistemas, facilitar a execução dos serviços com componentes compatíveis e promover a sustentabilidade ambiental por meio do uso responsável dos materiais.

14.2. Com base nos elementos obtidos neste estudo técnico preliminar, declaramos que é VIÁVEL a presente contratação, sendo, portanto, a mais adequada para o atendimento da necessidade em questão.

15. DOS ANEXOS DO ETP

ANEXO 1 - MAPA DE RISCOS

ANEXO 2 - JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO PELO ORÇAMENTO SIGILOSO

ANEXO 1 - MAPA DE RISCOS

1. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
ETAPA:	1.1. FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA		
RISCO:	Especificação deficiente da demanda		
DANO:	Contratação e execução deficiente do objeto		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, tipo de área por ambiente, quantidade e prazo de início e com setor de Licitação do órgão.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Havendo erro, devolver para complementação das informações.	
RESPONSÁVEL	REQUERENTE		
ETAPA:	1.2. CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Pouco provável	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Adotar lista de verificação dos procedimentos a serem adotados para o planejamento de contratação		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.	
RESPONSÁVEL	AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
ETAPA:	1.3. ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES		
RISCO:	Estudos preliminares deficientes		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no art. 8º do Decreto Municipal nº (decreto de ETP e TR)		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares	
RESPONSÁVEL	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
2. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO			
ETAPA:	2.1. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Falha na elaboração Termo de Referência		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar lista de verificação que identifique, no que couber, os requisitos previstos		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no art. 16 do Decreto Municipal nº (decreto de	

	ETP e TR)		
RESPONSÁVEL	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
ETAPA:	2.2. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência da aprovação do Termo de Referência		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Pouco provável	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação com item de aprovação do Termo de Referência		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Encaminhar ao requerente e à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.	
RESPONSÁVEL	REQUERENTE E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
3. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE LICITAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
ETAPA:	3.1. RECEPÇÃO DO PROCESSO PARA LICITAR		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de autorização superior para licitar		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Pouco provável	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação contemplando o item "autorização da autoridade superior para licitar".		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Retornar o processo para submeter à aprovação da autoridade máxima.	
RESPONSÁVEL	AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
ETAPA:	3.2. ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO		
RISCO:	Restrição da competitividade, impugnação do edital		
DANO:	Retardamento, anulação ou revogação da licitação		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a existência de cláusulas restritivas ou passivas de nulidades inseridos no processo pelo setor requisitante do órgão. Adotar editais padrões elaborados pela Central de Licitações do Município. Verificação da conformidade do processo pela assessoria jurídica..		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Retirar cláusulas restritivas ou passivas de nulidades pelo setor de licitações do órgão.	
RESPONSÁVEL	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
ETAPA:	3.3. APROVAÇÃO DO EDITAL PELO SETOR JURÍDICO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de aprovação do edital pelo setor jurídico		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Provável	IMPACTO:	Médio
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação contemplando o item "aprovação do edital pelo setor jurídico" para posterior assinatura da autoridade máxima.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Enviar o processo, mesmo, extemporaneamente, para apreciação jurídica.	

RESPONSÁVEL	ASSESSORIA JURÍDICA DO ÓRGÃO E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
ETAPA	3.4. DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/EQUIPE DE APOIO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de designação formal do Agente de Contratação/Pregoeiro/Comissão de Contratação/Equipe de Apoio.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Pouco provável	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Identificar no processo, ato formal da autoridade competente designando a equipe de planejamento.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Providenciar o ato de designação do Agente de Contratação/Pregoeiro/Comissão de Contratação/Equipe de Apoio.	
RESPONSÁVEL	PREFEITO DO MUNICÍPIO		
ETAPA	3.5. PUBLICAÇÃO/DIVULGAÇÃO DO EDITAL.		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal.		
DANO:	Ausência de publicação do edital e consequente anulação da Licitação.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação contemplando o item "publicação/divulgação do edital" pelo setor de publicações da Central de Licitações do Município.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.	
RESPONSÁVEL	AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/ SETOR DE PUBLICAÇÕES DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO.		
ETAPA:	3.6. PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO		
RISCO:	Julgamento desvinculado do instrumento convocatório.		
DANO:	Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito Provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Evitar julgamento monocrático, priorizar julgamento pelo colegiado, apoiados por equipe técnica e jurídica.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Responder os recursos apoiados por equipe técnica e jurídica.	
RESPONSÁVEL	AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/EQUIPE DE APOIO OU PARECERISTA DA ÁREA TÉCNICA DO ÓRGÃO JUNTAMENTE COM SETOR JURÍDICO DO ÓRGÃO OU CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO.		
ETAPA:	3.7. ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO		
RISCO:	Adjudicação/Homologação para empresa que não ofertou a proposta mais vantajosa.		
DANO:	Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação, problemas na gestão do contrato.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto

AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar se todos os requisitos do Termo de Referência ou Projeto básico e edital foram plenamente atendidos pela primeira colocada.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Adoção de lista de verificação contemplando o item "aprovação da Adjudicação/Homologação pelo setor jurídico" para posterior assinatura da autoridade máxima.	
RESPONSÁVEL	AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/ASSESSORIA JURÍDICA DO ÓRGÃO E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
4. MAPA DE RISCO PARA A FASE DA GESTÃO DO CONTRATO			
ETAPA:	4.1. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO		
RISCO:	Recusa de assinatura e/ou da apresentação das garantias contratuais.		
DANO:	Descontinuidade da prestação dos serviços e transtornos para a administração.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Garantir na fase habilitatória que a empresa selecionada reúna as condições técnico-operacional e financeira necessárias à execução do objeto.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Convocar remanescente.	
RESPONSÁVEL	COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS		
ETAPA:	4.2. PUBLICAÇÃO DO CONTRATO		
RISCO:	Falta de publicidade do ato administrativo em tempo hábil		
DANO:	Descumprimento de formalidade legal		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Pouco provável	IMPACTO:	Baixa
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação contemplando o item "publicação do contrato".		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.	
RESPONSÁVEL	COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS		
ETAPA:	4.3. DESIGNAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E SUBSTITUTOS		
RISCO:	Designação de servidor sem conhecimento técnico do objeto do contrato.		
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados. Responsabilização Subsidiária da Administração		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato e proporcionar capacitação.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Indicar gestor e fiscal capacitado	
RESPONSÁVEL	COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS		
ETAPA:	4.4. DESIGNAÇÃO DO PREPOSTO DO CONTRATO		
RISCO:	Ausência de preposto da contratada.		
DANO:	Responsabilização direta da Administração.		

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Provável	IMPACTO:	Médio
AÇÃO PREVENTIVA:		Incluir cláusula da fiscalização, dispositivos de indicação de fiscal e preposto e as respectivas atribuições.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Solicitar, imediatamente à constatação, a designação formal do preposto.		
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS		
ETAPA: 4.5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS				
RISCO:	Execução em desacordo com o contrato; não pagamento de salários e benefícios correspondentes à CCT, não reposição de mão-de-obra ausente, não aplicação de material.			
DANO:	Prejuízo para o erário, responsabilização subsidiária da Administração.			
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Realizar avaliações periódicas dos serviços; adotar indicadores de níveis de desempenho; exigir, mensalmente, comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e sociais.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Reter créditos, em valores correspondentes à inadimplência, e efetivar pagamento diretamente ao beneficiário e, demonstrada a incapacidade, assunção do contrato. Execução de garantia.		
RESPONSÁVEL		FISCAL E GESTOR DOS CONTRATOS		
ETAPA: 4.6. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO				
RISCO:	Prorrogação não vantajosa			
DANO:	Prejuízo para o erário.			
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Realizar pesquisa de preços com antecedência, com vista a constatar a vantajosidade da prorrogação do contrato.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Negociar junto à contratada, preços mais vantajosos. Não sendo possível, abertura de novo processo licitatório.		
RESPONSÁVEL		GESTOR DO CONTRATO		
ETAPA: 4.7. ALTERAÇÕES DO CONTRATO				
RISCO:	Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.			
DANO:	Prejuízos ao erário.			
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como: sistemas, planilhas, etc.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento		
RESPONSÁVEL		GESTOR DO CONTRATO		
ETAPA: 4.8. REPACTUAÇÕES/REAJUSTES DO CONTRATO				
RISCO:	Desequilíbrio do contrato; Prorrogação desvantajosa; Uso de índices distintos dos fixados no contrato; análise inadequada das planilhas; jogo de planilha.			
DANO:	Prejuízos ao erário.			
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Provável	IMPACTO:	Médio

AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços de mão-de-obra (CCT) e materiais (índices). Contar com apoio profissional da área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Ajustar os preços conforme o contrato; reter os valores pagos a maior. Negociar preços mais vantajosos	
RESPONSÁVEL	GESTOR DO CONTRATO		
ETAPA:	4.9. GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL		
RISCO:	Não apresentação de garantias; Apresentação de garantias que não cobrem inadimplência com obrigações trabalhistas e previdenciárias ou prejuízos de terceiros.		
DANO:	Prejuízo para o erário		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Exigir, como condição para início dos serviços, garantias de execução contratual para cobertura de despesa pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e prejuízos a terceiros.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Apuração de penalidade.	
RESPONSÁVEL	GESTOR DO CONTRATO		
ETAPA:	4.10. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS		
RISCO:	Retenção dos valores dos impostos; encargos patronais e da conta vinculada.		
DANO:	Responsabilização subsidiária.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Provável	IMPACTO:	Médio
AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços, bem como dos encargos sociais.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.	
RESPONSÁVEL	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA		
ETAPA:	4.11. SANÇÕES		
RISCO:	Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.		
DANO:	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Estabelecer, conforme regulamento municipal, os ritos do processo administrativo.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.	
RESPONSÁVEL	COORDENAÇÃO JURÍDICA DO ÓRGÃO E GERÊNCIA DE PENALIDADES DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO		
ETAPA:	4.12. ENCERRAMENTO DO CONTRATO		
RISCO:	Não observar se requisitos do contrato foram plenamente atendidos.		
DANO:	Prejuízo ao erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Pouco provável	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a inexistência de processo trabalhista, pendência trabalhistas		

		e ressarcimentos.
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a segurados dos inadimplementos, reter valores até o limite do ressarcimento.
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

MATRIZ DE RISCO

PROBABILIDADE

90%	PRATICAMENTE CERTO						
70%	MUITO PROVÁVEL				1.1; 1.3; 2.1; 3.2; 3.5; 3.6; 3.7; 4.1; 4.3; 4.5; 4.6; 4.7; 4.9; 4.11		
50%	PROVÁVEL			3.3; 4.4; 4.8; 4.10			
30%	POUCO PROVÁVEL	1.2; 2.2; 3.1; 3.4; 4.2; 4.12					
10%	RARO						
		IMPACTO	MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO

Legenda:

	RISCO BAIXO
	RISCO MÉDIO
	RISCO ALTO

ANEXO 2 - JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO PELO ORÇAMENTO SIGILOSO

A Agência Municipal do Meio Ambiente - AMA justifica a necessidade do Orçamento Sigiloso nesta contratação, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 que determina, no seu art. 24, como também a aliena "f" do inciso III do art. 18. Do Decreto Municipal nº 3.213/2023, que desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

Entretanto, o inciso I, do referido artigo da Lei 14.133/2021 o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo e, conforme o parágrafo único, na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Ressalta-se que o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público, apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances da licitação.

Cabe ressaltar, que a presente contratação não trata de licitação com o critério de julgamento por maior desconto, não sendo obrigatória a divulgação do orçamento estimado da contratação, e conforme justificativa a seguir busca-se demonstrar a necessidade do Orçamento Sigiloso nesta contratação.

Objetiva-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade do presente objeto da contratação, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados.

Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração.

Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado

no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade.

Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.

Diversos são os julgados da Corte de Contas federal cujo sentido é o de dispensar a publicação do orçamento estimado da contratação no edital do pregão. Vejamos alguns enunciados da jurisprudência selecionada do Tribunal:

Não é obrigatório que o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários seja parte integrante do edital do pregão, mas o ato convocatório deve conter informações para obter tal orçamento. Acórdão nº 2816/2009 – Plenário – TCU.

Na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo administrativo relativo ao certame. Acórdão nº 394/2009 – Plenário – TCU.

Na modalidade pregão, o orçamento estimado não constitui elemento obrigatório do edital, contudo, deve estar inserido no processo relativo ao certame, bem como ser informado no ato convocatório os meios para obtenção desse orçamento. Acórdão nº 1513/2013 – Plenário – TCU.

Nas licitações sob a modalidade pregão, é obrigatória a inclusão do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários no processo administrativo que fundamenta a licitação, facultando-se ao gestor, caso julgue conveniente, incluir referido orçamento como anexo ao edital. Acórdão nº 5263/2009 – Segunda Câmara – TCU.

O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) optamos que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelos licitantes.

Desta forma e por todo justificado anteriormente, informamos que o orçamento estimado é público, mas ele se mantém acessível apenas para os serviços administrativos (internamente) e para os órgãos de controle, sendo disponibilizado para os licitantes e quaisquer interessados após a fase de lances.

ANEXO B - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AMA/CELIC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___ /20__ - AMA/CELIC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE _____ - AMA
PROCESSO Nº P376380/2025

Na sede da Central de Licitações do Município de Sobral, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº PE _____-AMA do respectivo resultado homologado em ___/___/20___, publicado no Diário Oficial do Município em ___/___/20___, às fls ____, do Processo nº P376380/2025, que vai assinada pelo Presidente da Central de Licitações, Gestor do Registro de Preços, pelo superintendente da Agência Municipal do Meio Ambiente e pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente instrumento fundamenta-se:

- no Pregão Eletrônico nº PE _____ - AMA
- nos termos do Decreto Municipal nº 3.216/2023, publicado no DOM de 26/07/2023;
- na Lei Federal n.º 14.133, de 01/04/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de material hidráulico, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº PE _____ - AMA que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, e será incluído, na respectiva ata, o registro das licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº **P376380/2025**.

2.2. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

2.3. Este instrumento será assinado pela Presidente da Central de Licitações da Prefeitura de Sobral - CELIC, pelo titular da Agência Municipal do Meio Ambiente, ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelo representante do fornecedor legalmente credenciado e identificado.

2.4. A Central de Licitações da Prefeitura de Sobral - CELIC providenciará a publicação da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município, no sítio www.sobral.ce.gov.br, campo: SERVIÇOS/LICITACÕES e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, contados a partir da data da sua publicação, ou, até o esgotamento do quantitativo nela registrado, se este ocorrer primeiro.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá à **Central de Licitações do Município de Sobral** o gerenciamento deste instrumento no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas do Decreto Municipal nº 3.216/2023, publicado no DOM de 26/07/2023.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Em decorrência da publicação desta Ata, o órgão detentor do SRP poderá firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor a recusa do detentor de registro de preços em fornecer os bens no prazo estabelecido pelo órgão detentor do registro de preços.

5.2. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

5.3. Na assinatura do contrato será necessária a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1. Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal de Registro de Preços nº 3.216/2023.

6.2. Competirá a Central de Licitações da Prefeitura de Sobral, órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, o controle e administração do SRP, em especial, as atribuições estabelecidas no art. 12 do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

6.3. Caberá ao órgão detentor as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

6.4. O fornecedor detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

6.4.1. Atender aos pedidos efetuados pelo Órgão detentor do Registro de Preços, durante a sua vigência.

6.4.2. Executar o objeto, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelo órgão detentor do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

6.4.3. Responder no prazo de até 05 (cinco) dias a consultas do Órgão Gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de Órgãos/Entidades não participantes (carona).

6.4.4. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

6.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua duração estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, observado o disposto no artigo 105 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

6.6. O contrato decorrente do registro de preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata e passará a ter eficácia a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP), na forma do artigo 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. O contrato decorrente da ata de registro de preços poderá ser alterado, observado o disposto no artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados na proposta dos detentores de preços desta Ata, os quais estão relacionados e em consonância com o Mapa de Preços dos itens, anexo a este instrumento, e servirão de base para futuras aquisições, observadas as condições de mercado e estabelecido no Decreto Municipal nº 3.216/2023.

CLÁUSULA OITAVA – DOS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DO LICITANTE VENCEDOR

8.1. Conforme previsto no § 5º, inciso VI do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e, inciso I, art. 18 do Decreto Municipal nº 3.216/2023, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

Lote ____					
Classificação	Fornecedor	CNPJ	Endereço	Telefones	e-mail

OU

NENHUM LICITANTE ACEITOU COTAR O MESMO VALOR DO LICITANTE VENCEDOR

CLÁUSULA NONA – DA REVISÃO DOS PREÇOS, DA ALTERAÇÃO DA MARCA OU MODELO, ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL E ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL REGISTRADO.

9.1. Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos no art. 28 e parágrafo único, do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

9.2. A marca ou modelo dos itens registrados poderão ser substituídos nos casos previstos no art. 32, do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

9.3. A razão social e mudança do representante legal das empresas dos itens registrados poderão ser substituídos nos casos previstos no art. 31, do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito nas situações previstas no art. 33 e 34 do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. As aquisições de bens que poderão advir desta Ata de Registro de Preços poderão ser formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre o órgão detentor e o fornecedor.

11.2. Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, se encontre em uma das hipóteses previstas no art. 33 do Decreto nº 3.216/2023, ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e nesta ata.

11.3. Neste caso, o órgão detentor comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores, na forma dos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 19 do Decreto nº 3.216/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As Sanções Administrativas estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro do município de Sobral, para conhecer das questões relacionadas com esta Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

CARLOS HILDO GURGEL POMPEU

Presidente da Central de Licitações da Prefeitura de Sobral

EULER FONSECA RODRIGUES

Superintendente - AMA

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/202 ____ - AMA/CELIC
MAPA DE PREÇOS DOS BENS

Este documento faz parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Agência Municipal do Meio Ambiente e o fornecedor, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº PE _____ - AMA.

Lote ____							
Item	Vencedora	Quant. Estimada	Unidade	Descrição	Marca / Fabricante	Vr. Unitário Ofertado (R\$)	Vr. Total Licitado (R\$)
1							
2							
(...)							
TOTAL:							

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

TELEFONE:

E-MAIL:

ANEXO C - MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A

 E (O) A _____, ABAIXO
 QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A(O) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº _____, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº _____, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos respectivos documentos, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato a aquisição de material hidráulico, conforme as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO, conforme consta nos autos do Processo nº **P376380/2025**.

3.2. É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, o Anexo A - Termo de Referência.

3.3. Do (s) LOTE (S) contratado(s):

Lote _____							
Item	Especificação	Marca / Fabricante	Modelo	Unid	Qntd	Valor Unitário do Item R\$	Valor total do Item R\$
Valor Total do(s) item (ns) R\$							

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A forma de fornecimento assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento do objeto e demais condições constam no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

- 10.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 10.1.5.** Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;
- 10.1.7.** Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 10.1.8.** Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.1.8.1.** A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.
- 10.2.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.3. São obrigações do CONTRATADO:**
- 10.3.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.3.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 10.3.1.2.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.3.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.3.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.3.1.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes

documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.3.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.3.1.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.3.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.3.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

10.3.1.11. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.3.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, cuja quantidade e qualidade deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.3.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

10.3.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem

motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 do subitem acima deste contrato, bem como nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Multa de 0,5%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.213/2023, em caso de **atraso injustificado da entrega do objeto contratual**, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

12.2.4.2. Multa indenizatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de **recusa à assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços**, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

12.2.4.3. Multa de 0,5% a 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.213/2023, quando:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do artigo 92, da Lei 14.133/2021;

b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;

d) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

e) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

f) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

g) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

12.2.4.4. Multa de 1,5% a 5,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.213/2023, quando **não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto**, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

12.2.4.5. Multa de 7,0% (sete por cento), por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.213/2023, quando **suspender ou interromper**, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, **os serviços contratuais**.

12.2.4.6. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) **a 10,0%** (dez por cento), por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.213/2023, quando:

a) o infrator der causa, respectivamente, à **rescisão do contrato ou ao cancelamento da ata de registro de preços**;

b) **fornecer informação e/ou documento falso**;

12.2.4.7. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) **a 10,0%** (dez por cento, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, **quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção**, em relação à fase de execução contratual.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

12.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele

aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Este contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Tesouro, de acordo com as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Função, subfunção, Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
			Federal, e/ou Estadual e/ou Municipal

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

18.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

18.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

18.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

18.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Município de Sobral no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

18.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

18.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

18.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo

aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

18.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

18.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

18.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

18.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

18.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

18.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

18.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas as partes, a terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

18.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

18.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

18.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

18.12 Cabe ao Controlador e/ou encarregado, designado mediante Portaria, comunicar, em prazo razoável, à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares nos termos do art. 48 da LGPD.

18.13. Em caso de responsabilização do Município por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Município nos termos da legislação.

18.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

18.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução contratual será acompanhada por servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

19.2. A FISCALIZAÇÃO será realizada por técnico designado especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de FISCAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município de Sobral, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Sobral, ____ de _____ 202____

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

De acordo:

Nome Assessor Jurídico
Assessor jurídico
OAB/CE: _____

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

ANEXO D - MODELO DE CARTA PROPOSTA READEQUADA

À

Central de Licitações do Município de Sobral

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

LOTE _____							
Item	Especificação	Marca / Fabricante	Modelo	Unid.	Quant.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
Valor Total							

Local, data

Assinatura de representante legal¹

(Nome completo e CPF)

(Função/cargo)

¹ Caso o signatário não seja sócio ou acionista da empresa licitante, deverá acostar Procuração Pública ou Particular com firma reconhecida junto à Carta Proposta.

ANEXO E – JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Trata-se de justificativa referente à vedação à participação de consórcios quanto ao Registro de preços para eventual aquisição de material hidráulico, conforme as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência.

Acerca dos Consórcios este Município, através da Agência Municipal do Meio Ambiente, informa que é obrigatória a participação dos mesmos em procedimento licitatório, conforme artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021, contudo quando vedada sua participação, deverá ser devidamente justificada.

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração

Sobre o tema, Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410) assevera:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

A decisão da Agência Municipal do Meio Ambiente, pela vedação à participação de consórcio é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação entre os riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

Diante do exposto e considerando que existem diversas empresas com capacidade para fornecer o objeto deste Edital, a Agência Municipal do Meio Ambiente, decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição a competitividade, economicidade e moralidade.